

RELATÓRIO E CONTAS



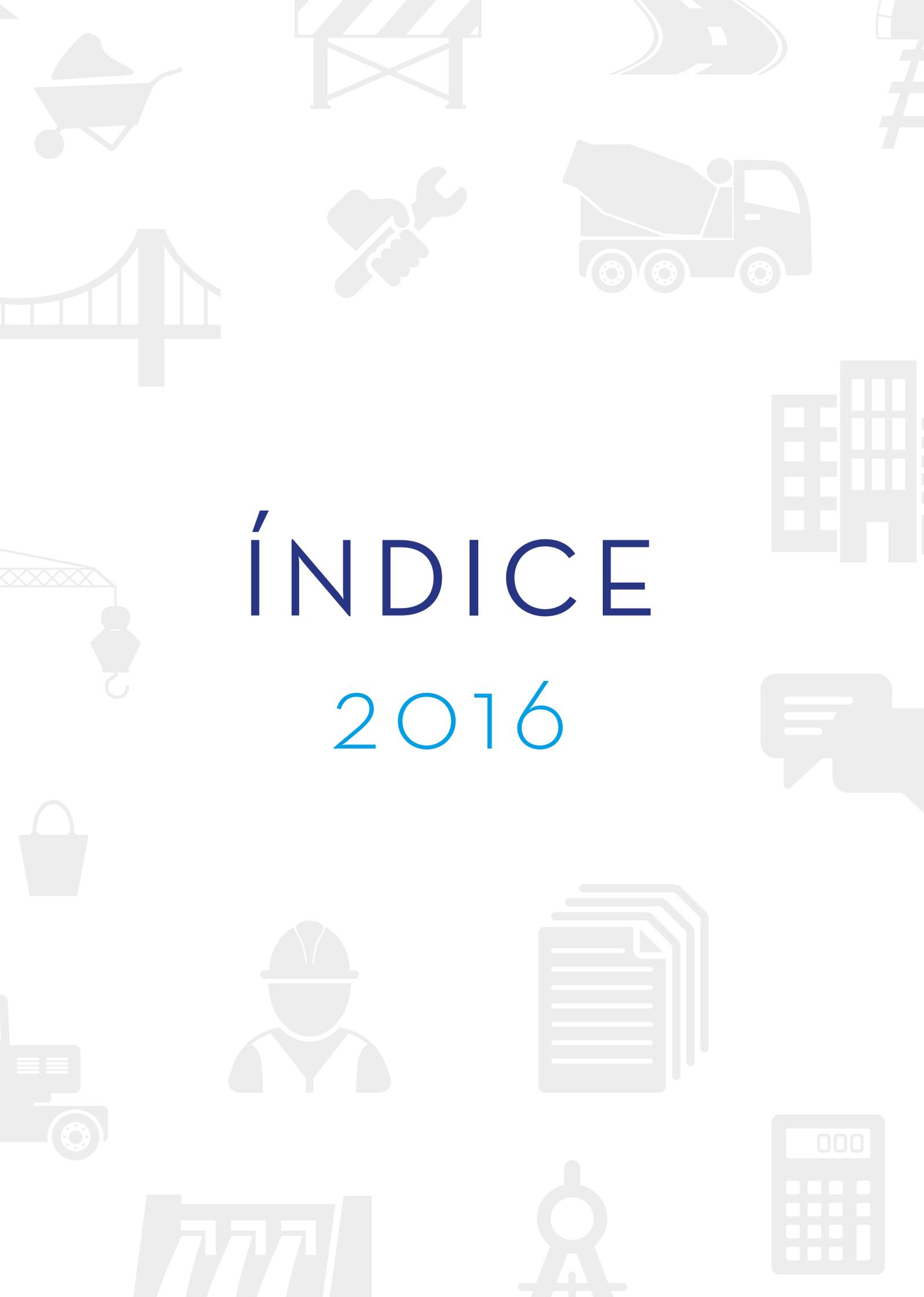
2016



CONDURIL

RELATÓRIO E CONTAS

2016



ÍNDICE

2016



01

A CONDURIL 4



02

INFORMAÇÃO CORPORATIVA 10

03

RELATÓRIO DE GESTÃO 14



04

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO 22

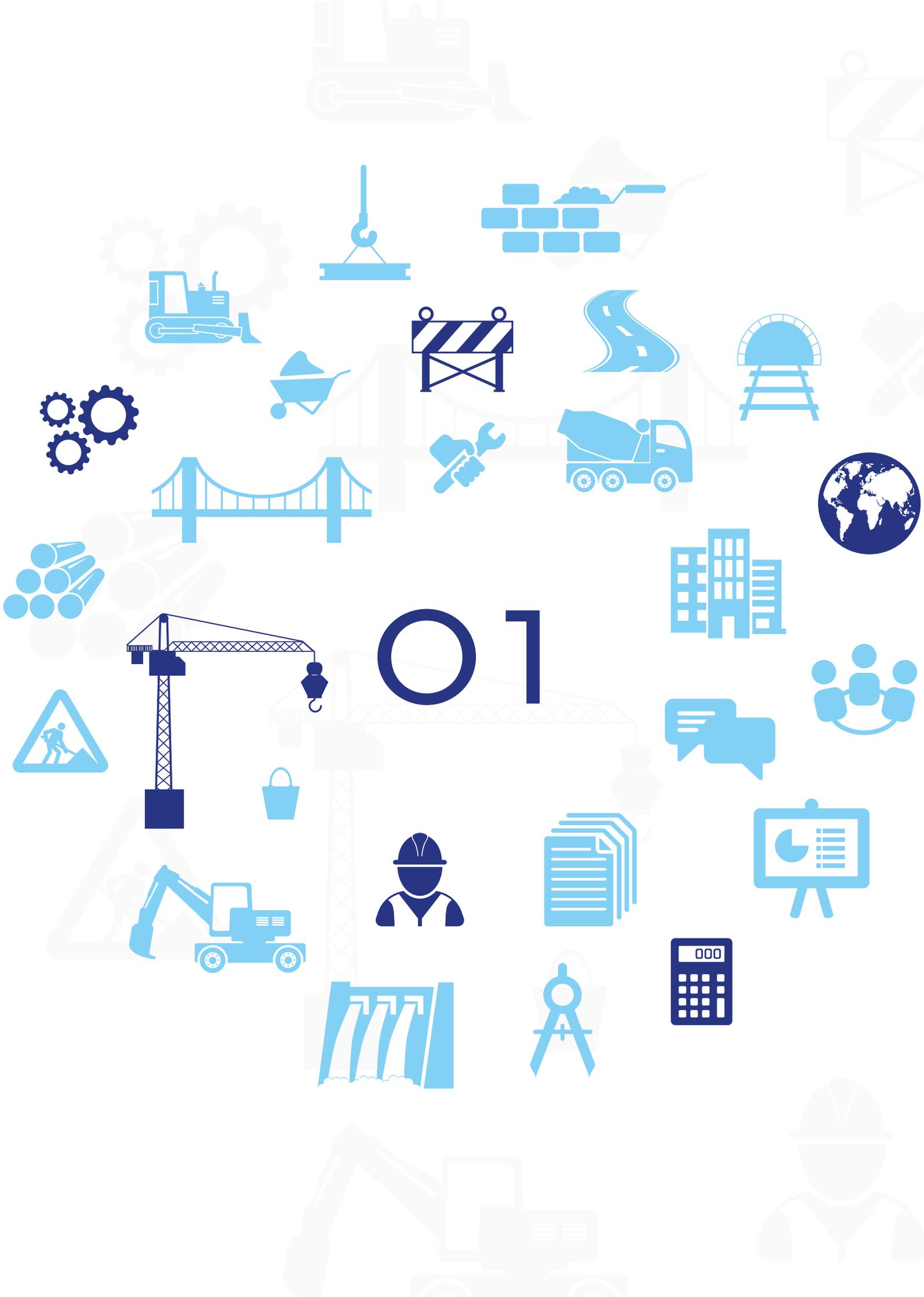
05

RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL 58



06

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS 62



01



A CONDURIL

RELATÓRIO E CONTAS
2016



“NÃO HÁ VENTOS FAVORÁVEIS PARA QUEM NÃO CONHECE O SEU RUMO”

Sêneca

Visão |

A Conduril desenvolve toda a sua atividade no domínio da Engenharia Civil e o seu objetivo principal, quer em termos técnicos quer em termos económicos, é ser (e ser reconhecida pelo mercado como tal) uma das melhores empresas portuguesas de engenharia com, simultaneamente, as seguintes características:

- Ser uma grande empresa à escala nacional em termos técnicos e económicos, capaz de dar resposta a qualquer obra de engenharia civil quer no mercado nacional quer no estrangeiro.
- Ser, em termos do número total de pessoas no ativo, a nível nacional, uma média empresa, flexível, capaz de responder às diversas solicitações do mercado, e com uma grande capacidade técnica capaz de, além do mais, ser uma sólida base de apoio à sua atuação no estrangeiro.

Missão |

Temos por missão a criação duradoura de riqueza para os nossos acionistas e a sustentabilidade das melhores condições de trabalho para os nossos colaboradores - e a sua satisfação como primeiro vetor da nossa responsabilidade social.

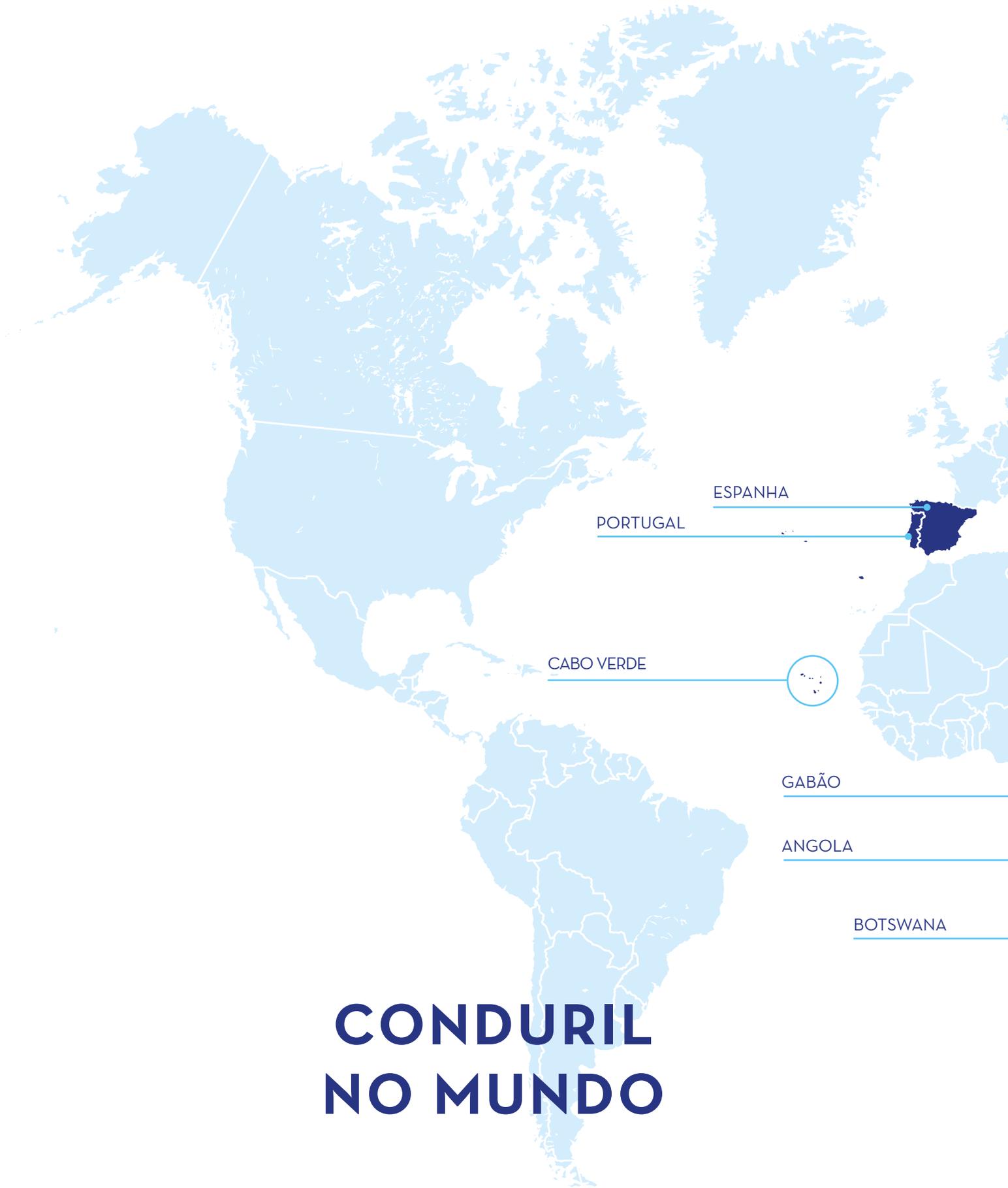
Valores |

Acreditamos que só podemos criar valor e riqueza, isto é, vencer, da forma certa ou seja: com franqueza, confiança e responsabilização alicerçada numa cultura de Integridade que significa: Honestidade, Transparência, Justiça e uma rigorosa adesão às regras e aos regulamentos; são estes os nossos valores.



Conservatória do Registo
Comercial de Valongo
Capital Social: 10.000.000 euros
NIF: 500 070 210
Alvará n.º 568

CONDURIL NO MUNDO



ESPANHA

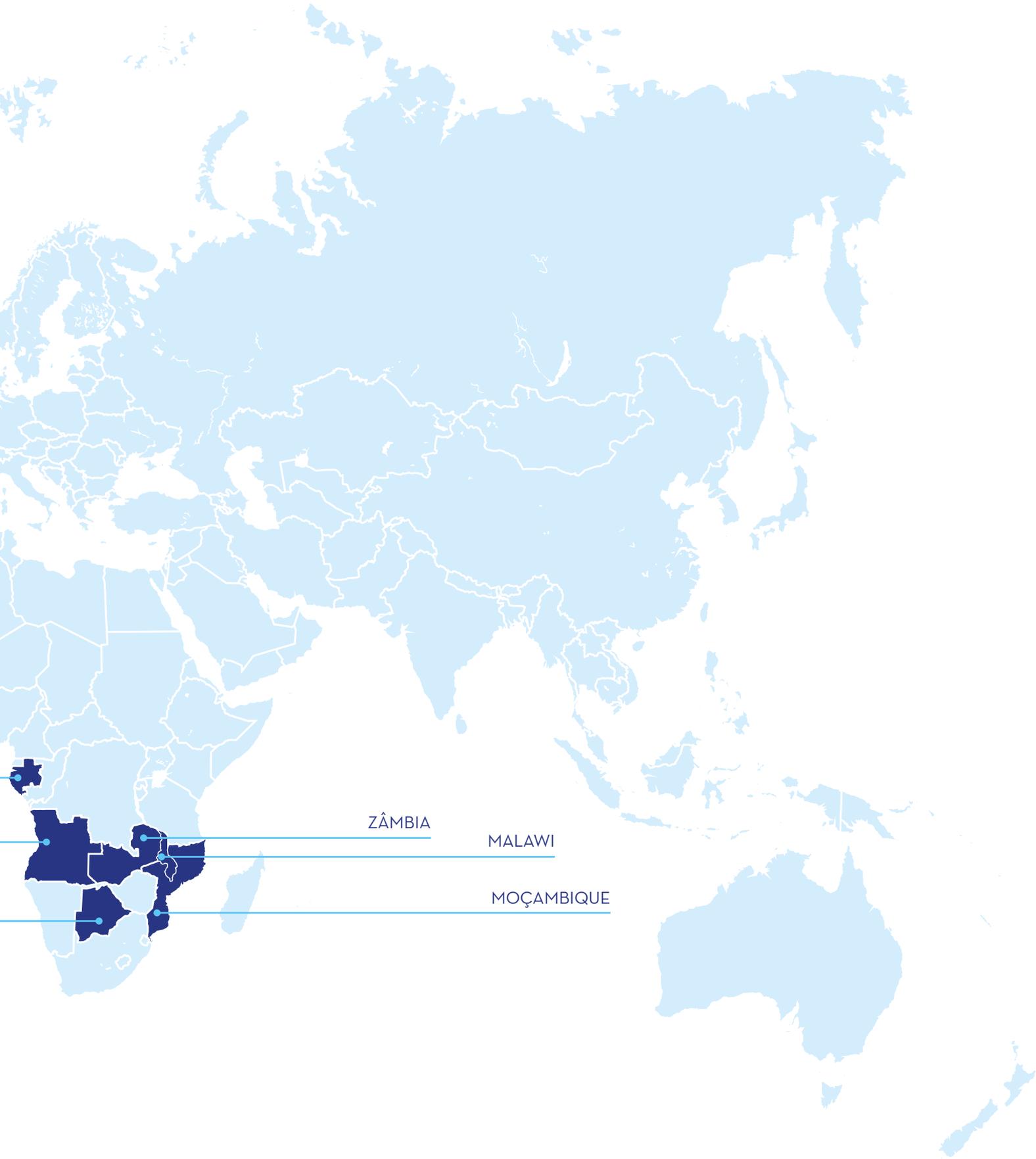
PORTUGAL

CABO VERDE

GABÃO

ANGOLA

BOTSWANA



ZÂMBIA

MALAWI

MOÇAMBIQUE

O2





INFORMAÇÃO CORPORATIVA

RELATÓRIO E CONTAS
2016

A CONDURIL - ENGENHARIA, S.A. É UMA SOCIEDADE ANÓNIMA - GERIDA POR UMA COMISSÃO EXECUTIVA ELEITA NOS TERMOS LEGAIS - CUJOS ÓRGÃOS SOCIAIS TÊM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO:

Mesa da Assembleia-geral |

João Baqueiro Oliveira (Presidente)
Amadeu Augusto Vinhas
Filipa Bastos Pinto Ferreira Lemos

Conselho de Administração |

António Luís Amorim Martins (*Chairman*)
Maria Benedita Andrade de Amorim Martins
Maria Luísa Andrade Amorim Martins Mendes
Álvaro Duarte Neves Vaz
António Baraças Andrade Miragaia
António Emanuel Lemos Catarino
Carlos António Soares de Noronha Dias
Ricardo Nuno Araújo Abreu Vaz Guimarães

Comissão Executiva |

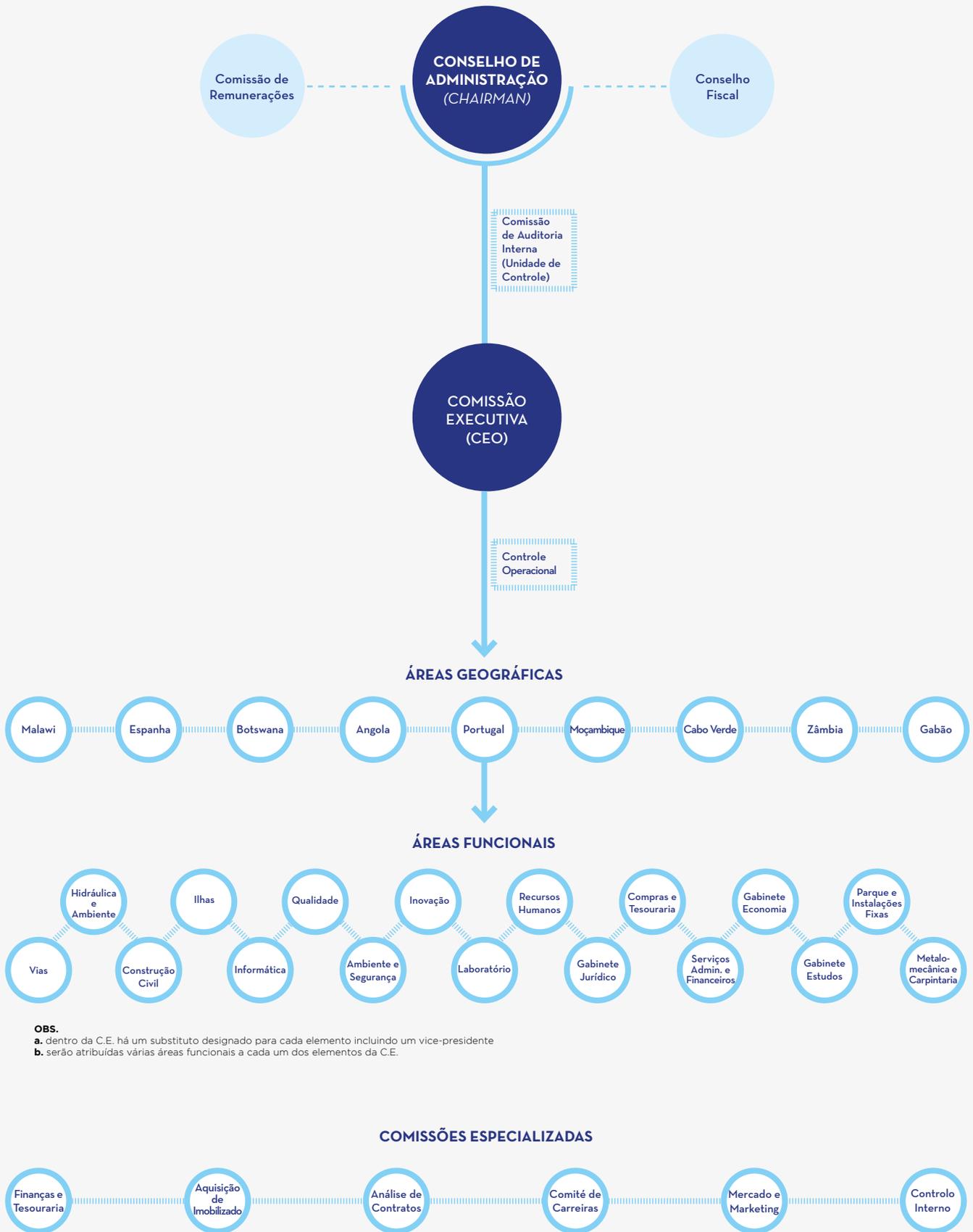
Maria Benedita Andrade de Amorim Martins (CEO)
Maria Luísa Andrade Amorim Martins Mendes (Vice-presidente)
Álvaro Duarte Neves Vaz
António Baraças Andrade Miragaia
António Emanuel Lemos Catarino
Carlos António Soares de Noronha Dias
Ricardo Nuno Araújo Abreu Vaz Guimarães

Conselho Fiscal |

Crisóstomo Aquino de Barros (Presidente)
Daniela Brás Vigário Silva
José Tiago Sapage Meireles de Amorim
José Álvaro Fonseca Moura (Suplente)

Revisor Oficial de Contas |

Horwath & Associados, SROC, Lda.
Representada por Ana Raquel B. L. Esperança Sismeiro
João Miguel Neiva de Oliveira Coelho Pires (Suplente)



OBS.
 a. dentro da C.E. há um substituto designado para cada elemento incluindo um vice-presidente
 b. serão atribuídas várias áreas funcionais a cada um dos elementos da C.E.

NOTA: Cada área geográfica adota uma estrutura organizacional com a filosofia da de Portugal mas terá em consideração as circunstâncias locais próprias quer em dimensão, quer em especificidade



RELATÓRIO DE GESTÃO

RELATÓRIO E CONTAS
2016

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CONDURIL - ENGENHARIA, S.A., NO CUMPRIMENTO DOS ESTATUTOS E DISPOSIÇÕES LEGAIS APLICÁVEIS NOMEADAMENTE NOS TERMOS DOS ARTIGOS 65.º E 66.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS, APRESENTA E SUBMETE À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA-GERAL DE ACIONISTAS, O RELATÓRIO DE GESTÃO, AS CONTAS DO PERÍODO E DEMAIS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

1 |

A economia mundial teve, em 2016, o pior desempenho desde a crise global de 2009, apresentando a mais baixa taxa de crescimento do pós-crise. Esta desaceleração do crescimento foi sentida na generalidade das economias em que a Conduril atua, muito dependentes do comportamento das *commodities*, o que tem condicionado o investimento público e privado, conforme se pode verificar pela evolução dos indicadores abaixo apresentados:

PAÍSES	CRESCIMENTO PRODUTO REAL			TAXA DE CÂMBIO				TAXA DE INFLAÇÃO	
	2008-2015	2015	2016 a)	MOEDA	2015	2016 a)	VAR	2015	2016 a)
Portugal	-0,7%	1,5%	1,4%					0,5%	0,6%
Angola	5,1%	3,0%	0,8%	AKZ - EUR	0,0068	0,0054	-20%	10,3%	33,7%
Moçambique	6,9%	6,6%	4,2%	MZN - EUR	0,0204	0,0133	-35%	3,6%	18,0%
Zâmbia	7,0%	3,6%	3,0%	ZMW - EUR	0,0837	0,0958	15%	10,1%	20,5%
Malawi	4,3%	2,9%	2,4%	MWK - EUR	0,0014	0,0013	-4%	21,9%	23,5%
Gabão	3,7%	4,0%	3,2%	FCFA - EUR	0,0015	0,0015	0%	0,6%	1,8%
Botswana	3,7%	-0,3%	2,8%	BWP - EUR	0,0814	0,0891	9%	3,1%	3,3%

a) valores estimados

Fonte: ONU, Situação Económica Mundial e Perspetivas 2017

Os sinais positivos que a economia portuguesa tem apresentado, começam-se a vislumbrar no setor da construção em Portugal, apesar de 2016 ser o nono ano consecutivo de quebra no setor, onde apenas foram adjudicados 41% dos 1.745 milhões de euros de obras públicas lançados a concurso.

As incertezas no cenário político internacional e as vulnerabilidades do comércio mundial, aliadas à escassez de investimentos a que se assiste, não permitem perspetivar, para 2017 ou para 2018, a desejada recuperação sólida e sustentável da economia internacional, período que se deverá pautar por uma ainda ténue recuperação.



2 |

A atividade da Conduril continua fortemente centrada no mercado internacional, o qual representa mais de 80% do volume de negócios.

No mercado português, em 2016, destaca-se a conclusão da segunda fase da obra do Centro Materno Infantil do Norte e o varar do Novo Túnel de Águas Santas. Por sua vez, em Angola, foi ganha e realizada na quase totalidade a obra de Cabinda Base para a empresa Schlumberger, mantendo-se em curso a importante obra de reabilitação do porto cais de Malongo para a empresa Cabinda Gulf Oil Company, enquanto em Moçambique foi concluído o Instituto de Ciências de Saúde de Maputo.

Nos restantes países da África Austral, mercados onde mais recentemente a Conduril alargou a sua implantação, tem-se assistido a um enraizamento e consolidação da atividade, com crescente reconhecimento externo dos clientes e restantes parceiros.

3 |

Com o empenho na excelência técnica dos seus ativos fixos e humanos, a Conduril prosseguiu a sua aposta no reforço da capacidade produtiva.

Para a aquisição e manutenção de equipamentos e maquinaria e para a renovação das suas infraestruturas foi canalizado um investimento global próximo dos 13 milhões de euros. A este nível, assume particular relevância a aquisição de um barco rebocador e de uma plataforma flutuante especialmente adaptados para obras marítimas, a aquisição de equipamento industrial pesado, a conclusão da construção da estrutura do edifício da nova Sede da Conduril em Angola e da construção das infraestruturas no estaleiro da Matola, em Moçambique, onde já se encontra centralizada a operação dos serviços centrais.

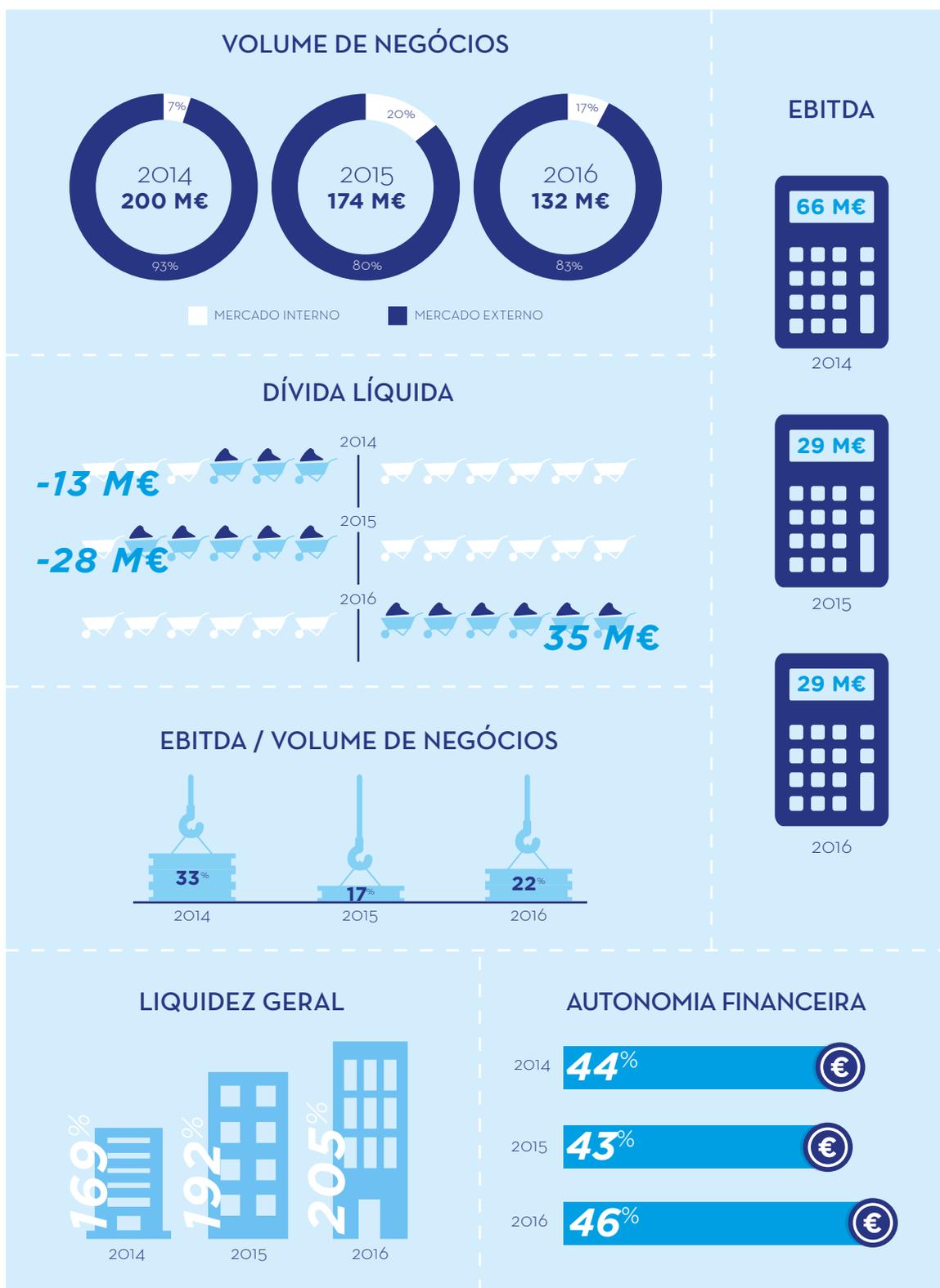
Por sua vez, ao seu capital humano foram afetos em 2016, em termos médios, 2.300 colaboradores, dos quais apenas 12,5% operaram no mercado nacional e 10,5% correspondem à mão de obra especializada deslocalizada dos seus países de origem para apoio à operação nos mercados externos. O aprimoramento das valências técnicas e a responsabilidade social da Conduril assenta na valorização deste capital, nomeadamente, na aposta contínua na formação, que se traduziu em 2016, num investimento superior a 600 milhares de euros, sem qualquer apoio governamental ou outro, projeto que se alicerçou com a expansão para Moçambique da atividade da Conduril *Academy*, que vem a operar em Angola, cujo principal objetivo é a erradicação do analfabetismo dos trabalhadores do grupo que operam nestes mercados; e no seu fundo de pensões, cujo financiamento é integralmente suportado pela empresa, e cujo valor, no final de 2016, ascendia a 8,2 milhões de euros.



4 |

O desempenho económico global condicionou naturalmente a atividade da Conduril, em particular, ao nível do volume de negócios que registou em 2016 uma redução de 24% face ao ano anterior, situando-se nos 132 milhões de euros.

Apesar deste efeito, os indicadores patrimoniais e de desempenho que são apresentados de seguida, reafirmam a solidez económica e financeira da empresa:



INDICADORES	2014	2015	2016
Ativo líquido (m€)	480.793	498.308	461.090
Passivo (m€)	268.297	285.793	247.810
Capital próprio (m€)	212.496	212.516	213.280
Dívida líquida (m€)	-13.499	-27.814	34.945
Investimento em ativos (m€)	24.618	38.118	12.828
Volume de negócios (m€)	199.837	173.689	132.124
Mercado interno	7%	20%	17%
Mercado externo	93%	80%	83%
EBITDA (m€)	65.602	29.429	28.645
Resultado líquido do período (m€)	29.509	6.172	4.237
Autonomia financeira	44%	43%	46%
Liquidez geral	169%	192%	205%
Rácio de solvabilidade	79%	74%	86%
Rácio de endividamento	126%	134%	116%
Rentabilidade das vendas	15%	4%	3%
EBITDA/Volume de negócios	33%	17%	22%

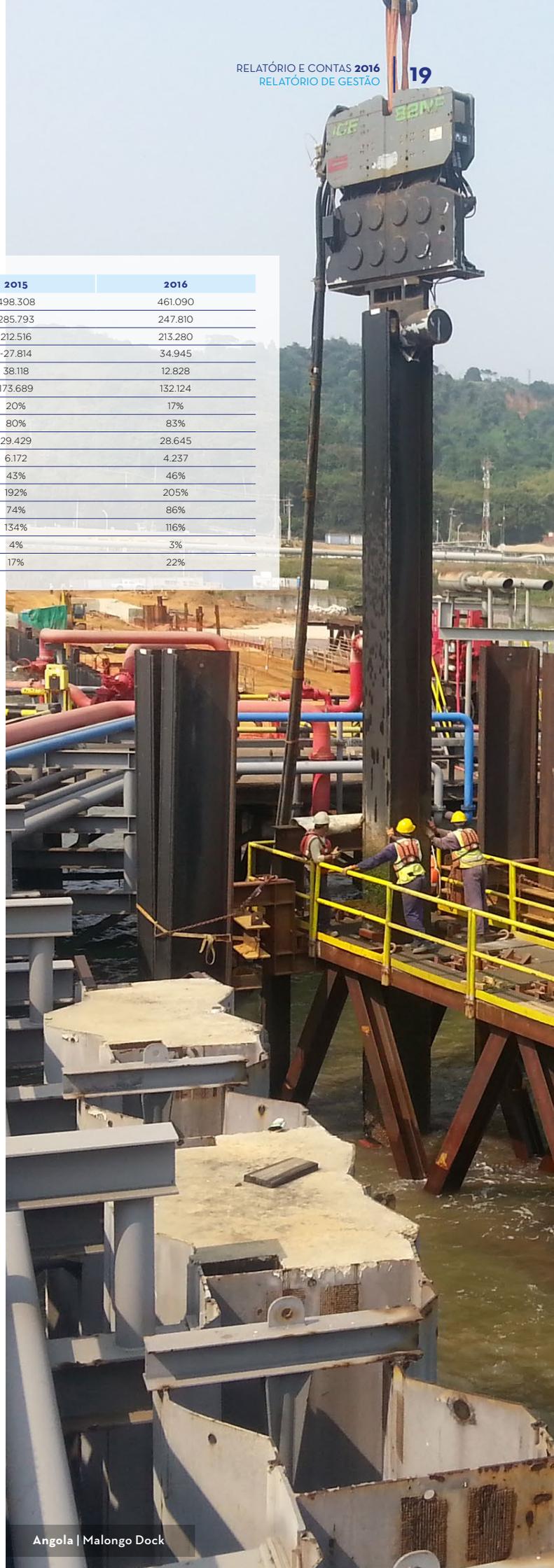
Mantendo-se fiel aos seus valores, a estratégia entretanto encetada permitiu um aumento da rentabilidade operacional face ao ano anterior e ao mesmo tempo uma melhoria dos indicadores de autonomia e liquidez para valores superiores aos registados nos últimos anos e, conseqüentemente, uma diminuição do rácio de endividamento.

A dívida líquida voltou a assumir valores positivos (35 milhões de euros, equivalentes a 26,4% do volume de negócios) depois das exceções dos anos de 2014 e 2015, sendo de salientar que o seu montante foi reforçado com a inclusão de um projeto a cargo da Conduil em Angola na "Convenção à exportação de bens, de equipamentos e serviços de origem portuguesa para a República de Angola" que será liquidado, a curto prazo, por uma instituição financeira portuguesa em solo nacional e beneficia de garantia do Estado Português, já autorizada e assinada pelo Governo, ao abrigo de um seguro de crédito da COSEC. O atraso desta operação obrigou-nos a um esforço financeiro acrescido, afetando severamente o resultado líquido.

5 |

O compromisso incessante da Conduil no fazer bem, garantindo as melhores condições para todos os intervenientes no seu processo produtivo e a preservação do meio ambiente, é já parte integrante da sua cultura empresarial e foi, uma vez mais, reconhecido por entidades externas autónomas devidamente credenciadas, nomeadamente:

- pela revalidação das certificações do sistema de gestão da qualidade em Portugal, na delegação de Moçambique e na ENOP, tendo sido concretizada com sucesso a transição para a norma NP EN ISO 9001:2015, pela APCER;
- pela revalidação das certificações do sistema de gestão da qualidade na sucursal de Angola, Métis e Urano, segundo a NP EN ISO 9001:2008, pela APCER;
- com a revalidação das certificações no âmbito do sistema de gestão da segurança e saúde do trabalho em Portugal, sucursal de Angola, na Métis, e na Urano, de acordo com as normas OHSAS 18001:2007 e NP 4397:2008, pela APCER;





Portugal | REN Porto Alto

- na revalidação da certificação do sistema de gestão ambiental em Portugal, segundo a norma NP EN ISO 14001:2012, pela APCER;

- na renovação da acreditação, pelo IPAC, ao Laboratório Central de Portugal, de acordo com a norma NP EN ISO/IEC 17025:2005; e,

- no acompanhamento e manutenção da certificação obtida no âmbito da marcação CE para as estruturas metálicas produzidas no Polo Industrial de Portugal, segundo a norma EN1090+1:2009+A1:2011;

- e, *last but not least*, pelas avaliações de satisfação dos nossos clientes ao trabalho que desenvolvemos: no estrangeiro, nas últimas 78 obras, foi-nos atribuída uma avaliação média de 17,92 valores, enquanto em Portugal nas 12 últimas foi-nos reconhecida uma avaliação de 17,50 valores.



Malawi | Barragem Kamuzu

6 |

As dificuldades que assolam as economias dos países onde a Conduril se encontra estabelecida, cujo reflexo primordial se tem materializado na redução do investimento em infraestruturas de todas as naturezas, ainda mais acentuadas pelas ténues projeções de crescimento a curto prazo e pela contínua baixa de expectativas dos agentes económicos, continuarão a condicionar a sua atividade. Porém, o posicionamento da Conduril nestes mercados, a solidez financeira que se vem reforçando ao longo da sua existência, a criteriosa análise de todos os riscos a que se encontra exposta e a permanente avaliação de novas oportunidades à escala mundial, conjugados com uma carteira de encomendas superior a 360 milhões de euros, garantem a confiança na sustentação de um volume de negócios para 2017 superior ao de 2016.

7 |

Outras informações anexas:

a | A Conduril detém sucursais em Angola, Moçambique, Botswana, Cabo Verde, Zâmbia, Malawi, Gabão e Marrocos.

b | Não existem dívidas em mora perante o Estado ou quaisquer outras entidades públicas, incluindo a Segurança Social.

c | O capital social, integralmente subscrito e realizado, é composto por 2.000.000 de ações ordinárias com valor nominal de 5 euros cada.



Portugal | Túnel de Águas Santas

d | As ações próprias detidas, que ascendem a 200.000, não foram objeto de qualquer transação no ano.

e | Os valores mobiliários emitidos pela CONDURIL - Engenharia, S.A. detidos por titulares do Conselho de Administração mantiveram-se face ao exercício transato, com exceção do número de ações da acionista Maria Benedita Andrade de Amorim Martins que adquiriu em 27 de abril, 02 e 05 de maio de 2016, 89, 100 e 111 ações, respetivamente, pelo valor unitário de 40 euros e da acionista Maria Luísa Andrade Amorim Martins Mendes que adquiriu a 07 de junho de 2016, 40 ações pelo valor unitário de 38 euros.

f | A Conduril não teve conhecimento de acionistas que tenham deixado de ser titulares das participações qualificadas mencionadas em relatórios de anos anteriores.

8 |

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, no prosseguimento da política de justa remuneração do capital investido e sedimentação contínua do capital próprio, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do período no valor de 4.236.804 euros tenha a seguinte distribuição:

- Dividendos: 900.000 euros, que correspondem a 0,50 euros por ação;
- Reservas Livres: 3.336.804 euros.

9 |

Para finalizar, o Conselho de Administração manifesta o seu reconhecimento ao esforço e dedicação de todos aqueles que cooperaram com a Conduril ao longo deste último exercício.

Aos clientes, colaboradores, fornecedores, instituições financeiras e Órgãos Sociais, o Conselho de Administração agradece toda a disponibilidade, colaboração e apoio demonstrados, mantendo a sua convicção de que com cooperação mútua serão ultrapassados os maiores desafios.

Ermesinde, 23 de fevereiro de 2017
O Conselho de Administração





O4



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO

RELATÓRIO E CONTAS
2016

BALANÇO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

MONTANTES EXPRESSOS EM EURO

	NOTAS	2016	2015
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	2;3;7	54.456.988	52.112.276
Ativos intangíveis	2;3;6	5.319.916	5.344.060
Participações financeiras (método de equivalência patrimonial)	3;9	11.731.047	13.691.546
Outros investimentos financeiros	3;18	29.513.042	29.482.327
Ativos por impostos diferidos	3;17	268.643	1.879
Subtotal		101.289.636	100.632.087
ATIVO CORRENTE			
Inventários	3;10	12.054.581	5.788.958
Clientes	3;18	112.258.052	180.269.583
Clientes c/retenções de garantias	3;18	6.978.962	9.525.687
Estado e outros entes públicos	20	12.687.755	22.311.497
Outros créditos a receber	3;18;20	51.385.688	51.556.476
Diferimentos	3;20	393.770	1.555.088
Ativos financeiros detidos para negociação	3;18	72.415.085	101.782.737
Outros ativos financeiros	3;18	83.041.539	5.000
Caixa e depósitos bancários	3;4	8.585.096	24.880.993
Subtotal		359.800.527	397.676.019
TOTAL DO ATIVO		461.090.163	498.308.106
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito		10.000.000	10.000.000
Ações próprias	3	(950.000)	(950.000)
Reservas legais		3.044.492	3.044.492
Outras reservas		193.070.081	188.366.968
Resultados transitados		214.798	(568.425)
Excedentes de revalorização		2.947.434	3.175.873
Ajustamentos/Outras variações de capital próprio		716.403	3.275.086
Subtotal		209.043.208	206.343.995
Resultado líquido do período		4.236.804	6.171.538
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	3	213.280.013	212.515.533
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	3;13	9.246.528	8.029.951
Financiamentos obtidos	3;8	61.450.218	68.753.338
Passivo por impostos diferidos	3;17	1.292.677	1.403.036
Subtotal		71.989.423	78.186.325
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	3	65.441.510	73.288.161
Adiantamentos de clientes	3	15.705.435	19.780.730
Estado e outros entes públicos	20	5.850.221	9.019.682
Financiamentos obtidos	3;8;18	67.646.304	85.729.431
Outras dívidas a pagar	3;20	12.326.733	10.314.494
Diferimentos	3;11;20	8.850.524	9.473.750
Subtotal		175.820.728	207.606.248
TOTAL DO PASSIVO		247.810.151	285.792.573
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		461.090.163	498.308.106

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

MONTANTES EXPRESSOS EM EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2016	2015
Vendas e serviços prestados	3,12:20	132.124.399	173.689.057
Subsídios à exploração		-	-
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	2,3:9	(473.237)	137.065
Variação nos inventários da produção	3,10	-	-
Trabalhos para a própria entidade	3	5.398.056	3.853.446
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(38.503.795)	(47.797.694)
Fornecimentos e serviços externos	20	(70.740.223)	(84.682.129)
Gastos com pessoal	3,19:20	(36.285.876)	(39.375.783)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	3,10	(484.306)	(87.606)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3,18	(138.589)	(271.091)
Provisões (aumentos/reduções)	3,13	99.264	5.224.210
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/Reduções de justo valor	3,18	3	-
Outros rendimentos	14:20	47.475.513	51.836.156
Outros gastos	2,14:20	(10.349.366)	(28.231.047)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		28.121.843	34.294.585
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3,6:7	(8.787.936)	(10.617.031)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		19.333.906	23.677.554
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	3:20	(12.750.575)	(14.082.650)
Resultado antes de impostos		6.583.331	9.594.905
Impostos sobre o rendimento do período	3,17	(2.346.527)	(3.423.366)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		4.236.804	6.171.538
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) inc. no resultado líquido do período		-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO ATRIBUÍVEL:			
Detentores do capital da empresa-mãe		4.236.804	6.171.538
Interesses que não controlam		-	-
Subtotal		4.236.804	6.171.538
RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO		2,35	3,43

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

MONTANTES EXPRESSOS EM EURO

RUBRICAS	NOTAS	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		138.550.182	143.366.023
Pagamentos a fornecedores		(101.656.604)	(105.431.942)
Pagamentos ao pessoal		(30.315.922)	(31.400.666)
	Caixa gerada pelas operações	6.577.656	6.533.415
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		5.005.084	(5.995.520)
Outros recebimentos/pagamentos		1.959.523	(570.762)
	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (1)	13.542.263	(32.867)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Ativos fixos tangíveis		(9.803.902)	(9.474.679)
Ativos intangíveis		-	(5.342)
Investimentos financeiros		(2.664)	(16.694.993)
Outros ativos		-	-
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Ativos fixos tangíveis		18.461	-
Outros ativos		-	-
Juros e rendimentos similares		4.351.669	4.336.590
Dividendos		57.991	60.340
	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)	(5.378.445)	(21.778.086)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos obtidos		204.044.515	192.124.778
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	469
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos		(214.022.618)	(155.936.786)
Financiamentos leasings		(1.848.200)	(925.728)
Juros e gastos similares		(11.480.111)	(13.656.899)
Dividendos		(900.000)	(3.600.000)
Outras operações de financiamento		(78.812)	(131.233)
	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)	(24.285.225)	17.874.602
	Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)	(16.121.408)	(3.936.351)
Efeito das diferenças de câmbio		(174.489)	(3.120.049)
Caixa e seus equivalentes no início do período		24.880.993	31.937.393
	CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	4	8.585.096
			24.880.993

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2016

MONTANTES EXPRESSOS EM EURO

CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE												
	NOTAS	CAPITAL SUBSCRITO	ACÇÕES (QUOTAS) PRÓPRIAS	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSFERIDOS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	AJUSTAMENTOS / OUTRAS VARIÁÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	TOTAL	INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
POSIÇÃO EM 01 DE JANEIRO DE 2016		10.000.000	(950.000)	3.044.492	188.366.968	(568.425)	3.175.873	3.275.086	6.171.538	212.515.533	-	212.515.533
Aplicação do resultado do período					5.603.113	568.425			(6.171.538)			
Posição em 01 de janeiro de 2016 após aplicação de resultados		10.000.000	(950.000)	3.044.492	193.970.081	-	3.175.873	3.275.086	-	212.515.533	-	212.515.533
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:												
Primeira adoção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização de excedentes de revalorização					228.440		(228.440)					
Excedentes de revalorização												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Aplicação do método da equivalência patrimonial								(2.624.327)		(2.624.327)		(2.624.327)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					(13.642)			65.644		52.002		52.002
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO						214.798	(228.440)	(2.558.683)		(2.572.325)		(2.572.325)
Resultado integral												
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Subscrições de capital												
Subscrições de prémios de emissão					(900.000)					(900.000)		(900.000)
Distribuições												
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações					(900.000)					(900.000)		(900.000)
POSIÇÃO NO FIM DE DEZEMBRO DE 2016	3	10.000.000	(950.000)	3.044.492	193.070.081	214.798	2.947.434	716.403	4.236.804	213.280.013	-	213.280.013

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

1 | NOTA INTRODUTÓRIA

A CONDURIL – Engenharia, S.A. (“CONDURIL” ou “Empresa”) é uma sociedade fundada em 1959 e transformada em sociedade anónima em 1976, com sede social na Av. Eng.º Duarte Pacheco, 1835 – 4445-416 Ermesinde – Valongo, tendo como atividade principal empreitadas de obras públicas e todos os trabalhos que se prendam com o exercício dessa atividade.

Entendemos que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas encontram-se arquivadas na sede da Empresa.

Todos os montantes expressos nestas notas são apresentados em euros com arredondamento à unidade.

2 | REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-lei n.º 98/2015 de 2 de junho (Sistema de Normalização Contabilística);
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015 de 29 de julho de 2015 (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho de 2015 (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho (Código de Contas).

Estas demonstrações financeiras refletem apenas as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo

método da equivalência patrimonial, o que está de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites, estas demonstrações financeiras não incluem o efeito da consolidação integral ao nível de ativos, passivos, rendimentos e gastos. A Empresa prepara e apresenta demonstrações financeiras consolidadas, em separado.

2.2. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior:

As quantias apresentadas para efeitos comparativos são comparáveis e estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais referidos no ponto anterior, com a exceção dos seguintes factos:

- Foi efetuada uma reclassificação de 3.418.439 euros da rubrica de ativos fixos tangíveis para ativos intangíveis relacionada com o valor do direito de superfície em Angola. Para que as demonstrações financeiras sejam comparáveis, foi efetuada a correspondente reexpressão das referidas rubricas nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2015.
- Decorrente da entrada em liquidação, em 2016, das empresas subsidiárias 4M Properties, S.A. e Mabalane – Inertes, Lda., as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2016 refletem o impacto desta operação. Assim, foram regularizados na rubrica “Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos” cerca de 417.250 euros e na rubrica “Dívidas incobráveis” cerca de 341.363 euros.

2.3. Impacto das alterações do normativo contabilístico:

O Decreto-lei n.º 98/2015 de 2 de junho contempla um conjunto de alterações ao normativo contabilístico com referência a 01 de janeiro de 2016. As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2016 contemplam uma alteração no registo das responsabilidades relacionadas com benefícios de reforma. Assim, as referidas demonstrações financeiras contemplam no capital próprio o efeito da remensuração do passivo relativa a ganhos e perdas atuariais. O impacto (aumento) nos capitais próprios a 31 de dezembro de 2016 desta alteração é de 65.644 euros (em 01 de janeiro de 2016 o aumento ascendia a 541.672 euros). Na rubrica “Gastos com pessoal”, no período de 2015, foram registados ganhos e perdas atuariais de cerca de 53.487 euros.

3 | PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo

com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

a | Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, que compreendem essencialmente direitos de superfície e programas de computador, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade e das amortizações acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em utilização, pelo método da linha reta, durante um período de 60 e de 3 anos, respetivamente.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente às quais seja provável que o seu ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

b | Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 01 de janeiro de 2009, encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e de perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta, numa base anual, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	ANOS
Edifícios e outras construções	10 - 25
Equipamento básico	3 - 16
Equipamento de transporte	3 - 8
Equipamento administrativo	3 - 12
Outros ativos fixos tangíveis	3 - 10

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos no período em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do ativo sempre que se perspetive que estes originem benefícios económicos futuros adicionais.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção ou em trânsito, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

c | Goodwill

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis das subsidiárias à data da aquisição.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias e associadas e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando negativas, são reconhecidas como rendimentos na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos e passivos identificáveis.

À data do balanço, é efetuada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor contabilístico do *goodwill* exceda o seu valor recuperável. O ganho ou perda na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do *goodwill* relativo a essa entidade, exceto quando o negócio a que esse *goodwill* está associado se mantenha a gerar benefícios para a Empresa. As perdas por imparidade relativas ao *goodwill* não são reversíveis.

d | Locações

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato. Os contratos de locação em que a Empresa age como locatário são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, quando através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

De acordo com o método financeiro, o custo do ativo é registado como um ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e os juros incluídos no valor das rendas e a reintegração do ativo são registados como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

e | Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido ao valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data

de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das subsidiárias e associadas por contrapartida de rendimentos ou gastos do período. As participações são ainda ajustadas pelo valor correspondente à participação noutras variações nos capitais próprios dessas empresas, por contrapartida da rubrica "Ajustamentos em ativos financeiros". Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso de financiamentos concedidos, ao valor nominal. É feita uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

f | Integração de sucursais

A informação contabilística das sucursais onde a Empresa desenvolve a sua atividade, designadamente em Angola, Moçambique, Marrocos, Botswana, Cabo Verde, Senegal, Zâmbia, Malawi e Gabão, é integrada mensalmente na contabilidade. Os saldos e transações ocorridos no período entre a sede e as sucursais são anulados.

Quando a moeda funcional da sucursal é diferente da moeda de relato da Empresa, o processo de integração é realizado através da transposição de todas as variações de ativos e passivos, rendimentos e gastos à taxa de câmbio em vigor na data de cada integração mensal. Na data de relato são apuradas as diferenças de câmbio decorrentes dos ativos e passivos monetários, sendo as mesmas registadas como rendimentos ou perdas na demonstração dos resultados.

Na informação contabilística das sucursais são utilizadas, fundamentalmente, as políticas contabilísticas em vigor em Portugal. Para garantir a uniformidade das políticas contabilísticas, sempre que o normativo local seja divergente do normativo em vigor em Portugal, são efetuados os devidos ajustamentos.

g | Imparidade dos ativos não correntes (exceto goodwill)

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma avaliação de imparidade com referência ao final de cada período.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perda/reversões)". A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis

à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o encargo com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a sua vida útil remanescente.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente reconhecida se tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

h | Gastos de financiamentos obtidos

Os encargos financeiros com financiamentos são reconhecidos como gasto de acordo com o regime do acréscimo, mesmo nos casos em que estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que poderiam ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

i | Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao preço de mercado, no caso de este ser inferior (utilizando-se o custo médio como método de custeio). Entende-se por preço de mercado, o valor realizável líquido ou o custo de reposição.

Os produtos acabados e semiacabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão de obra e gastos gerais de fabrico) ou ao preço de mercado no caso de este ser inferior. Por preço de mercado, entende-se o valor realizável líquido.

Nos casos em que o preço de mercado é inferior ao custo de aquisição, reconhecem-se perdas por imparidade.

j | Instrumentos financeiros

i. Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)", de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida

não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

ii. Financiamentos

Os financiamentos são registados no passivo pelo seu valor nominal, deduzido dos gastos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

iii. Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal.

iv. Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumam.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe a obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor, deduzido dos gastos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos gastos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

v. Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os rendimentos e perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados na rubrica "Outras reservas", não afetando o resultado do período.

vi. Letras descontadas e contas a receber cedidas em factoring

A Empresa desreconhece ativos financeiros nas suas demonstrações financeiras, unicamente quando o direito contratual

aos fluxos de caixa inerentes a tais ativos já tiver expirado, ou quando a Empresa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos para uma terceira entidade. Se a Empresa retiver substancialmente os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos, continua a reconhecer nas suas demonstrações financeiras os mesmos, registando no passivo na rubrica "Financiamentos obtidos" a contrapartida monetária pelos ativos cedidos.

Consequentemente, os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em *factoring* à data de cada balanço, com exceção das operações de "Factoring sem recurso", são reconhecidas nas demonstrações financeiras da Empresa, no passivo, até ao momento do seu recebimento.

vii. Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

k | Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para gastos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo da Empresa; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para a Empresa. A Empresa não reconhece ativos contingentes nas suas demonstrações financeiras. Apenas procede à sua divulgação se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar para a Empresa forem prováveis. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

l | Periodização económica

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outros créditos a receber", "Outras dívidas a pagar" ou "Diferimentos".

m | Impostos sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável da Empresa, de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas, à data do balanço, em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis (com exceção do *goodwill*, não dedutível para efeitos fiscais), das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

n | Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda se o respetivo valor de balanço for realizável através de uma transação de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é provável e o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (ii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e (iii) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor valor entre a quantia escriturada e o respetivo justo valor deduzido dos gastos expectáveis com a sua venda.

o | Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios recebidos no âmbito de programas de formação

profissional ou subsídios à exploração, são registados na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que estes programas são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se torne recebível num período posterior, onde será rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos são registados no balanço como "Outras variações no capital próprio" e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às reintegrações dos ativos subsidiados, em cada período.

p | Complementos de reforma

A Empresa assumiu compromissos de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez. Para cobrir essas responsabilidades a Empresa criou um Fundo de Pensões de benefício definido em 1989, exclusivo para os seus funcionários, cujos encargos anuais, determinados de acordo com cálculos atuariais, são registados em conformidade com a NCRF 28 - Benefícios dos empregados.

As responsabilidades atuariais são calculadas de acordo com o "Projected Unit Credit Method", utilizando os pressupostos atuariais e financeiros considerados adequados.

q | Rédito

A Empresa reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com a NCRF 19 - Contratos de construção, pelo método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os gastos incorridos em cada obra até uma determinada data e a soma desses gastos com os gastos estimados para completar a obra. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos rendimentos estimados e os valores faturados são incluídos nas rubricas "Outros créditos a receber" e "Diferimentos".

As variações verificadas nos trabalhos face à quantia de rédito acordada no contrato são reconhecidas no resultado do período quando é provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente da variação e que esta possa ser mensurada com fiabilidade.

As reclamações para reembolso de gastos não incluídos no preço do contrato são incluídas no rédito do contrato quando as negociações atinjam um estágio avançado de tal forma que seja provável que o cliente aceite a reclamação e que seja possível mensurá-la com fiabilidade.

Para fazer face aos gastos a incorrer durante o período de garantia das obras, a Empresa reconhece anualmente um passivo para cumprir tal obrigação legal, o qual é apurado tendo em conta o volume de produção anual e o historial de gastos incorridos no passado com as obras em período de garantia.

Quando é provável que os gastos totais previstos no contrato de construção excedam os rendimentos definidos no mesmo, a perda esperada é reconhecida imediatamente na demonstração dos resultados do período.

Os dividendos são reconhecidos como rendimentos na

demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

r | Gastos com a preparação de propostas

Os gastos incorridos com a preparação de propostas para concursos diversos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que são incorridos.

s | Trabalhos para a própria entidade

Os trabalhos para a própria entidade correspondem a obras de construção e beneficiação, executadas pela própria Empresa, bem como a grandes reparações de equipamentos e incluem gastos com materiais, mão de obra direta e gastos gerais.

Tais gastos são objeto de capitalização apenas quando preenchidos os seguintes requisitos:

- Os ativos desenvolvidos são identificáveis;
- Existe forte probabilidade de os ativos virem a gerar benefícios económicos futuros; e
- São mensuráveis de forma fiável.

t | Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

u | Julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, foi baseada no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 incluem:

- Vidas úteis dos ativos tangíveis;

- Registo de provisões e perdas por imparidade;
- Reconhecimento de réditos de obras em curso;
- Reconhecimento do valor presente das responsabilidades com benefícios de reforma; e
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva, conforme disposto na NCRF 4.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

a | Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro individual atribuível aos acionistas da Empresa pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas.

b | Moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação funcional, utilizando-se as cotações oficiais vigentes na data de reporte. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor à data das transações e aquelas em vigor à data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do período.

As diferenças cambiais associadas a contas a receber/pagar cuja maturidade não se encontre definida, são registadas na demonstração dos resultados do período quando tais contas a receber/pagar forem depreciadas/alienadas/liquidadas. As demonstrações financeiras de empresas participadas e sucursais expressas em moeda estrangeira são convertidas para euro.

As cotações utilizadas para conversão em euros foram as seguintes:

MOEDA	MOEDA DE CONVERSÃO	2016		2015	
		31 DE DEZEMBRO	CÂMBIO MÉDIO	31 DE DEZEMBRO	CÂMBIO MÉDIO
Dólar Americano	Euro	0,94868	n/a	0,91853	n/a
Dirham Marroquino	Euro	0,09394	0,09231	0,09277	0,09245
Pulas Botswana	Euro	0,08910	0,08329	0,08140	0,08871
Metical Moçambicano	Euro	0,01333	0,01430	0,02041	0,02335
Escudo Cabo Verdiano	Euro	0,00907	0,00907	0,00907	0,00907
Franco CFA	Euro	0,00152	0,00152	0,00152	0,00152
Kwacha Zâmbia	Euro	0,09585	0,08841	0,08366	0,10314
Kwacha Malawi	Euro	0,00132	0,00127	0,00138	0,00178
Kwanza Angolano	Euro	0,00529	0,00537	0,00666	0,00738
Rand Sul Africano	Euro	0,06976	n/a	0,05880	n/a
Dólar Namibiano	Euro	0,06973	n/a	0,05901	n/a

3.3. Juízos de valor sobre o processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, a Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.5. Principais fontes de incerteza

A presente nota faz referência aos principais pressupostos adotados em relação ao futuro na elaboração das demonstrações financeiras anexas, que possam implicar um risco significativo de ajustamentos materiais à valorização de ativos e passivos do próximo período financeiro.

a | Imparidade dos ativos

A determinação da imparidade dos ativos requer a estimativa do valor presente dos *cash flows* futuros associados a esse ativo. Neste cálculo são adotados pressupostos que se baseiam na experiência passada da Empresa, bem como nas expectativas futuras. A Empresa considera existir um risco controlado destes pressupostos não se verificarem.

4 | FLUXOS DE CAIXA

4.1. Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

O valor do saldo de “Caixa e seus equivalentes” encontra-se totalmente disponível.

4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica “Caixa e depósitos bancários”

O saldo de caixa e de depósitos bancários decompõe-se da seguinte forma:

	31.12.2016	31.12.2015
Caixa	127.294	100.882
Depósitos à ordem	7.513.331	16.934.587
Depósitos a prazo	944.471	7.845.524
TOTAL CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	8.585.096	24.880.993

4.3. Informação referente a perda de controlo de empresas subsidiárias no período

Em 2016, conforme referido no ponto 2.2, as subsidiárias 4M Properties, S.A. e Mabalane - Inertes, Lda. entraram em liquidação não tendo ocorrido recebimentos ou pagamentos relacionados com essa operação.

5 | PARTES RELACIONADAS

5.1. Remunerações do pessoal chave da gestão

a | Total de remunerações: 1.298.567 euros (2015: 1.320.430 euros).

5.2. Transações entre partes relacionadas

a | Natureza do relacionamento das partes relacionadas:

	PAÍS	% DIRETA	% TOTAL
SUCURSAIS:			
Angola	-	-	-
Moçambique	-	-	-
Marrocos	-	-	-
Botswana	-	-	-
Cabo Verde	-	-	-
Senegal	-	-	-
Zâmbia	-	-	-
Malawi	-	-	-
Gabão	-	-	-
SUBSIDIÁRIAS:			
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Edirio - Construções, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Métis Engenharia, Lda.	Angola	99,00	99,00
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	Moçambique	100,00	100,00
Mabalane - Inertes, Lda. (*)	Moçambique	85,00	97,82
4M Properties, S.A. (*)	Moçambique	98,00	98,00
Urano, Lda.	Angola	99,00	99,00
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	Portugal	100,00	100,00
ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS:			
Edifer / RRC / Conduril, ACE	Portugal	33,33	33,33
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	Marrocos	33,33	33,33
Groupement C.JA / Lot 3 - Construção ACE	Marrocos	33,33	33,33
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	Marrocos	50,00	50,00
Edifer, Dragados, Tecnovia, Conduril - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	Portugal	17,86	17,86
Edifer, Dragados, Tecnovia, Conduril - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	Portugal	17,86	17,86
UTE Alcântara - Garrovillas	Espanha	15,00	15,00
OUTRAS PARTICIPAÇÕES:			
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	Portugal	11,00	13,00
SPER - Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A.	Portugal	11,26	11,26
Planestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	Portugal	10,00	10,00
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	Portugal	10,00	10,00
PESSOAL CHAVE DA GESTÃO:			
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:			
Eng.º António Luís Amorim Martins (Presidente) - <i>Chairman</i>			
Eng.º Maria Benedita Andrade de Amorim Martins (Presidente da Comissão Executiva) - CEO			
Dr.º Maria Luísa Andrade Amorim Martins Mendes (Vice-presidente da Comissão Executiva)			
Eng.º Álvaro Duarte Neves Vaz			
Eng.º António Baraças Andrade Miragaia			
Eng.º António Emanuel Lemos Catarino			
Eng.º Carlos António Soares de Noronha Dias			
Eng.º Ricardo Nuno Araújo Abreu Vaz Guimarães			
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:			
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	Portugal	-	-
Sociedade Agrícola da Quinta do Javali, Lda.	Portugal	-	-

Nota: (*) Empresas que foram dissolvidas no ano de 2016.

b | Transações e saldos pendentes:

No decurso do presente período, a Empresa apresentou as seguintes transações e saldos face a entidades relacionadas:

Em 31 de dezembro de 2016:

PARTES RELACIONADAS	SALDOS PENDENTES ATIVOS	SALDOS PENDENTES PASSIVOS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	PROVISÕES
ENTIDADES COM CONTROLO CONJUNTO OU INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA:				
Edifer / RRC / Conduril, ACE	76.213	173.568	-	-
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	7.228.043	-	-	6.245.071
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	1.525.939	579.305	-	387.119
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	808.096	-	-	-
Edifer, Dragados, Tecnovia, Conduril - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	2.251.233	-	-	-
Edifer, Dragados, Tecnovia, Conduril - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	10.887.960	94.227	-	206.435
	22.777.485	847.100	-	6.838.626
SUBSIDIÁRIAS:				
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	3.452.283	-	336.000	230.832
Edirio - Construções, S.A.	1.511.789	73.800	12.500	192.156
Métis Engenharia, Lda.	24.195.246	25.367.668	-	-
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	14.564.736	10.055.482	-	-
Urano, Lda.	1.801.761	1.902.342	-	-
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	306.361	113.160	-	-
	45.832.176	37.512.452	348.500	422.988
OUTRAS PARTICIPAÇÕES:				
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	11.396.123	-	-	-
SPER - Soc. Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A.	17.408.514	-	-	-
	28.804.637	-	-	-
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:				
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	1.652.962	1.265.319	-	-
	1.652.962	1.265.319	-	-
PARTES RELACIONADAS	RENDIMENTOS	GASTOS		
ENTIDADES COM CONTROLO CONJUNTO OU INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA:				
Edifer, Dragados, Tecnovia, Conduril - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	2.019.353	-		
Edifer, Dragados, Tecnovia, Conduril - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	8.225.480	162.132		
	10.244.833	162.132		
SUBSIDIÁRIAS:				
Edirio - Construções, S.A.	501.000	28.800		
Métis Engenharia, Lda.	9.432.164	10.523.996		
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	1.876.794	2.341.888		
Urano, Lda.	809.158	2.392.145		
	12.619.116	15.286.829		
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:				
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	-	692.481		
Geonorte - Sucursal Angola	232.767	262.387		
	232.767	954.868		

Os financiamentos concedidos a partes relacionadas, registados em outros investimentos financeiros, encontram-se discriminados na Nota 9.2.

Em 31 de dezembro de 2015:

PARTES RELACIONADAS	SALDOS PENDENTES ATIVOS	SALDOS PENDENTES PASSIVOS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	PROVISÕES
ENTIDADES COM CONTROLO CONJUNTO OU INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA:				
Edifer / RRC / Conduril, ACE	76.213	173.568	-	-
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	7.178.310	-	-	3.973.731
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	1.484.880	573.336	-	296.186
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	808.096	-	-	-
Edifer, Dragados, Tecnovia, Conduril - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	436.172	-	-	-
Edifer, Dragados, Tecnovia, Conduril - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	13.495.547	105.808	-	218.556
	23.479.218	852.712	-	4.488.473
SUBSIDIÁRIAS:				
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	3.321.178	-	336.000	88.840
Edirio - Construções, S.A.	975.526	38.376	12.500	247.562
Métis Engenharia, Lda.	1.807.493	3.495.268	-	-
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	13.101.323	7.038.808	22.659	647.733
4M Properties, S.A.	527.250	-	-	473.166
Mabalane - Inertes, Lda.	40	260.980	-	-
Urano, Lda.	278.516	12.609	-	-
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	214.224	113.160	-	-
	20.225.550	10.959.201	371.159	1.457.301
OUTRAS PARTICIPAÇÕES:				
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	11.396.123	-	-	-
SPER - Soc. Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A.	17.408.514	-	-	-
	28.804.637	-	-	-
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:				
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	973.938	53.122	-	-
	973.938	53.122	-	-
PARTES RELACIONADAS	RENDIMENTOS		GASTOS	
ENTIDADES COM CONTROLO CONJUNTO OU INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA:				
Edifer, Dragados, Tecnovia, Conduril - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	826.443		292	
Edifer, Dragados, Tecnovia, Conduril - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	12.695.926		87.071	
	13.522.369		87.363	
SUBSIDIÁRIAS:				
Edirio - Construções, S.A.	1.008		31.200	
Métis Engenharia, Lda.	14.093.084		21.231.514	
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	1.329.519		821.087	
4M Properties, S.A.	-		-	
Mabalane - Inertes, Lda.	-		-	
Urano, Lda.	688.584		939.707	
	16.112.195		23.023.508	
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:				
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	22.383		105.937	
Geonorte - Sucursal Angola	271.388		32.461	
	293.770		138.398	

Os financiamentos concedidos a partes relacionadas, registados em outros investimentos financeiros, encontram-se discriminados na Nota 9.2.

6 | ATIVOS INTANGÍVEIS

6.1. Divulgações, para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis

a | As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de amortização médias:

ATIVOS INTANGÍVEIS - OUTROS	VIDA ÚTIL	TAXA DE AMORTIZAÇÃO
Programas de computador	3	33,33%
Direitos de superfície	60	1,66%
Outros ativos intangíveis	3	33,33%

b | Os elementos dos ativos intangíveis são depreciados pelo método da linha reta, tendo por base as taxas de amortização previstas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro.

c | Os ativos intangíveis apresentam a seguinte decomposição:

ATIVOS INTANGÍVEIS - OUTROS	31.12.2016		31.12.2015	
	ATIVO BRUTO	AMORT. E PERDAS POR IMPARIDADE	ATIVO BRUTO	AMORT. E PERDAS POR IMPARIDADE
Programas de computador	94.267	74.108	92.752	65.703
Propriedade industrial	47.121	-	47.121	-
Direitos de superfície	5.801.425	549.069	5.787.214	517.603
Outros ativos intangíveis	2.006	1.727	2.006	1.727
TOTAL	5.944.820	624.904	5.929.093	585.033

d | O valor das amortizações relativo a ativos intangíveis incluído na rubrica da demonstração dos resultados "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" ascende a:

AMORTIZAÇÕES DO PERÍODO - OUTROS	31.12.2016	31.12.2015
Programas de computador	7.964	8.913
Direitos de superfície	31.466	39.518
Outros ativos intangíveis	-	-
TOTAL	39.430	48.431

e | Os movimentos na rubrica "Ativos intangíveis" durante 2016 e 2015 são os que se seguem:

	2016					
	GOODWILL	DIREITOS DE SUPERFÍCIE	SOFTWARE	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	OUTROS AT. INTANGÍVEIS	TOTAL
ATIVO BRUTO:						
Saldo em 31.12.2015	-	5.787.214	92.752	47.121	2.006	5.929.093
Adições	-	13.964	1.515	-	-	15.479
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transf. e abates	-	248	-	-	-	248
Saldo em 31.12.2016	-	5.801.426	94.267	47.121	2.006	5.944.820
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS:						
Saldo em 31.12.2015	-	517.603	65.703	-	1.727	585.033
Adições	-	31.466	7.964	-	-	39.430
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transf. e abates	-	-	441	-	-	441
Saldo em 31.12.2016	-	549.069	74.108	-	1.727	624.904
VALOR LÍQUIDO	-	5.252.357	20.159	47.121	280	5.319.916

	2015 - REEXPRESSO					
	GOODWILL	DIREITOS DE SUPERFÍCIE	SOFTWARE	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	OUTROS AT. INTANGÍVEIS	TOTAL
ATIVO BRUTO:						
Saldo em 31.12.2014	-	-	84.174	47.121	2.006	133.301
Adições	-	-	8.578	-	-	8.578
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transf. e abates	-	5.787.214	-	-	-	5.787.214
Saldo em 31.12.2015	-	5.787.214	92.752	47.121	2.006	5.929.093
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS:						
Saldo em 31.12.2014	-	-	56.754	-	1.727	58.481
Adições	-	39.518	8.913	-	-	48.431
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transf. e abates	-	478.085	36	-	-	478.121
Saldo em 31.12.2015	-	517.603	65.703	-	1.727	585.033
VALOR LÍQUIDO	-	5.269.859	27.049	47.121	280	5.344.060

7 | ATIVOS TANGÍVEIS

7.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

a | Bases de mensuração:

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b | Método de depreciação usado:

A Empresa amortiza os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c | Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de amortização médias:

ATIVOS TANGÍVEIS	VIDA ÚTIL	TAXA DE AMORTIZAÇÃO
Terrenos e recursos naturais	-	-
Edifícios e outras construções	10 - 25	4% - 10%
Equipamento básico	3 - 16	6,25% - 33,33%
Equipamento de transporte	3 - 8	12,50% - 33,33%
Equipamento administrativo	3 - 12	8,33% - 33,33%
Outros ativos fixos tangíveis	3 - 10	10% - 33,33%

d/e | Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

	2016							TOTAL
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	INVEST. EM CURSO	
ATIVO BRUTO:								
Saldo em 31.12.2015	2.622.286	22.364.044	66.587.464	28.835.097	1.885.901	1.905.120	12.318.748	136.518.660
Adições	-	-	3.420.969	864.671	58.741	42.464	8.425.719	12.812.565
Alienações	-	(141.665)	(688.343)	(1.061.948)	(132.206)	(15.775)	-	(2.039.937)
Transf. e abates	-	1.194.695	11.600.499	(5.191.049)	14.305	(777.258)	(10.239.493)	(3.398.301)
Saldo em 31.12.2016	2.622.286	23.417.074	80.920.590	23.446.771	1.826.741	1.154.551	10.504.974	143.892.987
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2015	-	14.707.166	47.334.048	20.286.327	1.483.853	594.991	-	84.406.385
Adições	-	549.386	6.234.993	1.679.660	76.645	207.824	-	8.748.508
Alienações	-	(33.690)	(278.300)	(1.039.343)	(67.000)	(7.824)	-	(1.426.157)
Transf. e abates	-	-	(55.446)	(1.936.447)	(416)	(300.426)	-	(2.292.735)
Saldo em 31.12.2016	-	15.222.863	53.235.295	18.990.197	1.493.082	494.565	-	89.435.999
VALOR LÍQUIDO	2.622.286	8.194.211	27.685.295	4.456.574	333.659	659.986	10.504.974	54.456.988

	2015 - REEXPRESSO							
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	INVEST. EM CURSO	TOTAL
ATIVO BRUTO:								
Saldo em 31.12.2014	8.409.500	22.120.126	58.597.329	30.074.111	1.819.921	1.256.241	3.310.722	125.587.950
Adições	-	243.918	4.683.544	2.635.343	99.090	656.422	13.117.592	21.435.909
Alienações	-	-	(734.413)	(729.267)	(29.326)	(7.543)	-	(1.500.549)
Transf. e abates	(5.787.214)	-	4.041.004	(3.145.090)	(3.784)	-	(4.109.566)	(9.004.650)
Saldo em 31.12.2015	2.622.286	22.364.044	66.587.464	28.835.097	1.885.901	1.905.120	12.318.748	136.518.660
DEPRECIÇÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2014	-	14.175.698	41.615.153	18.843.394	1.386.501	297.012	-	76.317.758
Adições	-	531.468	5.946.295	3.686.707	104.830	299.299	-	10.568.599
Alienações	-	-	(225.877)	(577.763)	(7.478)	(1.320)	-	(812.438)
Transf. e abates	-	-	(1.523)	(1.666.011)	-	-	-	(1.667.534)
Saldo em 31.12.2015	-	14.707.166	47.334.048	20.286.327	1.483.853	594.991	-	84.406.385
VALOR LÍQUIDO	2.622.286	7.656.878	19.253.416	8.548.770	402.048	1.310.129	12.318.748	52.112.275

7.2. Quantia de dispêndios reconhecida na quantia escriturada de ativos fixos durante a sua construção

ATIVOS TANGÍVEIS	DISPÊNDIOS RECONHECIDOS DURANTE A CONSTRUÇÃO	
	31.12.2016	31.12.2015
Edifícios e outras construções	2.805.272	5.991.756
Equipamento básico	5.405.252	7.041.673
Equipamento de transporte	199.702	-
Outros ativos fixos tangíveis	15.493	84.163
TOTAL	8.425.719	13.117.592

7.3. Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de custo de outros ativos durante o período:

ATIVOS TANGÍVEIS	DEPRECIÇÃO RECONHECIDA NOS RESULTADOS	DEPRECIÇÃO RECONHECIDA COMO PARTE DE CUSTO DE OUTROS ATIVOS	TOTAL
Edifícios e outras construções	549.386	-	549.386
Equipamento básico	6.234.993	-	6.234.993
Equipamento de transporte	1.679.660	-	1.679.660
Equipamento administrativo	76.645	-	76.645
Outros ativos fixos tangíveis	207.824	-	207.824
TOTAL	8.748.508	-	8.748.508

7.4. Depreciação acumulada no final do período

DEPRECIÇÃO ACUMULADA	31.12.2016	31.12.2015
Edifícios e outras construções	15.222.863	14.707.166
Equipamento básico	53.235.294	47.334.048
Equipamento de transporte	18.990.197	20.286.327
Equipamento administrativo	1.493.080	1.483.853
Outros ativos fixos tangíveis	494.565	594.991
TOTAL	89.435.999	84.406.385

7.5. Itens do ativo fixo em curso

Os valores mais significativos incluídos na rubrica "Investimentos em curso", em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, referem-se aos seguintes projetos:

	31.12.2016	31.12.2015
Edifícios e outras construções	10.138.279	5.224.959
Equipamentos	166.993	7.005.880
Equipamento de transporte	199.702	-
Outros ativos	-	87.909
TOTAL	10.504.974	12.318.748

7.6. Ativos fixos tangíveis por localização geográfica

2016	ATIVO BRUTO	DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	QUANTIA LÍQUIDA
Portugal	45.537.020	32.503.940	13.033.080
Angola	73.559.235	45.779.013	27.780.222
Moçambique	8.013.941	3.081.436	4.932.505
Marrocos	2.215.078	1.848.588	366.490
Botswana	75.227	73.843	1.384
Cabo Verde	32.774	18.250	14.525
Zâmbia	10.832.366	5.420.754	5.411.612
Malawi	1.801.564	401.144	1.400.420
Gabão	1.825.782	309.032	1.516.750
TOTAL	143.892.987	89.435.999	54.456.988

2015	ATIVO BRUTO	DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	QUANTIA LÍQUIDA
Portugal	45.088.664	31.673.638	13.415.026
Angola	63.553.863	42.196.953	21.356.910
Moçambique	6.260.430	2.618.097	3.642.333
Marrocos	2.207.482	1.754.990	452.492
Botswana	128.200	112.072	16.128
Cabo Verde	32.774	14.247	18.527
Senegal	6.946.576	2.350.785	4.595.791
Zâmbia	10.846.633	3.560.515	7.286.118
Malawi	1.007.573	108.613	898.960
Gabão	446.466	16.475	429.991
TOTAL	136.518.660	84.406.385	52.112.276

8 | LOCAÇÕES

8.1. Locações financeiras - Locatários:

a | Quantia escriturada líquida para cada categoria de ativo à data de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

	31.12.2016	31.12.2015
Equipamento básico	658.710	2.098.493
Equipamento de transporte	370.855	1.537.071
TOTAL	1.029.564	3.635.564

b | Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 e o seu valor presente:

	31.12.2016	31.12.2015
Pagamentos mínimos até 1 ano	168.111	1.193.861
Pagamentos mínimos mais de 1 ano e não mais de 5 anos	213.878	76.058
Pagamentos mínimos mais do que 5 anos	-	-
TOTAL DE PAGAMENTOS MÍNIMOS	381.989	1.269.919
Pagamento de juros futuros	6.047	53.826
VALOR PRESENTE DAS RESPONSABILIDADES	375.942	1.216.093

c | Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço e o seu valor presente:

	PAGAMENTOS MÍNIMOS		VALOR PRESENTE	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Não mais de 1 ano	168.111	1.193.861	164.355	1.140.973
Mais de 1 ano e não mais de 5 anos	213.878	76.058	211.587	75.120
Mais do que 5 anos	-	-	-	-
TOTAL	381.989	1.269.919	375.942	1.216.093

9 | INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

9.1. Empreendimentos conjuntos

a | Listagem e descrição de interesses em empreendimentos conjuntos significativos:

DESCRIÇÃO	TIPO DE EMPREENDIMENTO	OUTROS PARTICIPANTES
Edifer / RRC / Conduril, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Evolution e RRC
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Evolution e Jaime Ribeiro e Filhos
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	Entidade conjuntamente controlada	Evolution e Jaime Ribeiro e Filhos
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	Entidade conjuntamente controlada	Jaime Ribeiro e Filhos
Rodovias do Algarve Litoral, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Evolution, Dragados e Tecnovia
Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Evolution, Dragados e Tecnovia

b | Proporção do interesse de propriedade detido e dados sobre as entidades:

2016 DENOMINAÇÃO SOCIAL	PROPORÇÃO DO INTERESSE DETIDO	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Edifer / RRC / Conduril, ACE	33,33%	107.864	951.904	323.623	(3.450)
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	33,33%	-	12.500.318	(18.737.088)	(6.961.131)
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	33,33%	-	n/d	n/d	n/d
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	50%	-	9.810.799	(774.238)	(82.482)
Rodovias do Algarve Litoral, ACE	17,86%	161.139	21.943.451	902.291	66.046
Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	17,86%	-	48.724.063	(1.155.853)	67.866
TOTAL		269.003			

2015 DENOMINAÇÃO SOCIAL	PROPORÇÃO DO INTERESSE DETIDO	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Edifer / RRC / Conduril, ACE	33,33%	111.871	1.054.714	335.648	224.737
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	33,33%	-	20.936.963	(11.802.554)	(123.551)
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	33,33%	-	n/d	n/d	n/d
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	50%	-	9.701.990	(592.790)	(23.170)
Rodovias do Algarve Litoral, ACE	17,86%	149.353	15.670.538	836.244	157.791
Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	17,86%	-	74.994.380	(1.223.719)	(822.616)
TOTAL		261.225			

À data de preparação das demonstrações financeiras não se encontravam disponíveis as demonstrações financeiras do agrupamento Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE.

c | Método usado no reconhecimento dos interesses em empreendimentos conjuntos:

Os interesses em empresas conjuntamente controladas foram reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo método da equivalência patrimonial, desde a data em que o controlo é partilhado. De acordo com este método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo sendo a quantia escriturada ajustada pelo valor correspondente à proporção detida nos resultados líquidos, pelos dividendos recebidos e variação do capital próprio.

9.2. Empresas subsidiárias

a | Listagem e descrição das empresas subsidiárias:

DESCRIÇÃO	TIPO DE PARTICIPAÇÃO	MÉTODO UTILIZADO
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	100,00%	Equivalência patrimonial
Edirio - Construções, S.A.	100,00%	Equivalência patrimonial
Métis Engenharia, Lda.	99,00%	Equivalência patrimonial
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	100,00%	Equivalência patrimonial
Mabalane - Inertes, Lda.	97,82%	Equivalência patrimonial
4M Properties, S.A.	98,00%	Equivalência patrimonial
Urano, Lda.	99,00%	Equivalência patrimonial
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	100,00%	Equivalência patrimonial

b | Dados sobre as entidades:

2016 DENOMINAÇÃO SOCIAL	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	-	5.092.426	(230.832)	(141.992)
Edirio - Construções, S.A.	-	1.340.564	(192.156)	55.407
Métis Engenharia, Lda.	9.168.363	37.188.041	8.833.729	542.789
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	67.303	20.008.745	67.303	590.863
Urano, Lda.	2.040.934	6.554.604	2.061.549	215.698
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	185.445	710.277	185.445	22.851
TOTAL	11.462.045			

2015 DENOMINAÇÃO SOCIAL	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	-	5.102.084	(88.840)	(110.780)
Edirio - Construções, S.A.	-	722.539	(247.562)	(34.834)
Métis Engenharia, Lda.	10.932.910	39.820.337	11.043.344	135.399
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	-	17.861.445	(739.823)	22.744
Mabalane - Inertes, Lda.	55.934	366.567	57.181	34.921
4M Properties, S.A.	-	42.522	(482.822)	(68.167)
Urano, Lda.	2.278.883	6.989.944	2.301.902	159.146
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	162.594	416.397	162.594	(75.014)
TOTAL	13.430.321			

Relacionado com estas participações encontram-se registados, em 2016, na rubrica "Outros investimentos financeiros", os seguintes montantes relativos a financiamentos concedidos:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	336.000	336.000
Edirio - Construções, S.A.	12.500	12.500
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	14.797	-
TOTAL	363.297	348.500

9.3. Rendimentos/Perdas em subsidiárias e empreendimentos conjuntos

RENDIMENTOS/PERDAS EM SUBSIDIÁRIAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	31.12.2016	31.12.2015
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	747.155	(676.335)
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	57.084	686.404
Eliminação de rendimentos relacionados com vendas de ativos fixos tangíveis a sucursais	208.515	176.237
Eliminação de gastos relacionados com vendas de ativos fixos tangíveis a sucursais	-	-
Provisões para perdas em empresas do grupo (Nota 13)	(1.371.822)	(49.240)
TOTAL	(473.237)	137.065

10 | INVENTÁRIOS

10.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou ao valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os gastos de compra, gastos de conversão e outros gastos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os gastos de compra incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos, gastos de transporte, manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os gastos de conversão incluem os gastos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como mão de obra direta. Também incluem uma imputação sistemática de gastos gerais de produção fixos e variáveis que sejam incorridos em bens acabados. A imputação de gastos gerais de produção é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Empresa valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio do custo médio ponderado, a qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

10.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia escriturada dos inventários discriminava-se da seguinte forma:

INVENTÁRIOS	31.12.2016	31.12.2015
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	12.355.731	5.642.350
Mercadorias	50.190	13.642
Produtos acabados e intermédios	129.375	129.375
Produtos e trabalhos em curso	310.187	310.187
	12.845.484	6.095.554
Perdas por imparidade	(790.903)	(306.596)
TOTAL	12.054.581	5.788.958

10.3. Quantia de inventários reconhecida como gasto durante o período

O valor dos inventários reconhecidos como gasto durante o período foi como se segue:

	MERCADORIAS		MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Inventário inicial	13.642	90.806	5.335.754	5.632.114
Perdas por imparidade em existências	-	-	(484.306)	(87.606)
Compras	-	-	45.217.176	47.588.940
Reclassificação e regularização de inventários	36.548	(77.164)	-	-
Inventário final	(50.190)	(13.642)	(11.564.828)	(5.335.754)
GASTO DO PERÍODO	-	-	38.503.795	47.797.694

	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS		PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Inventário inicial	129.375	129.375	310.187	310.187
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Alterações no perímetro	-	-	-	-
Inventário final	(129.375)	(129.375)	(310.187)	(310.187)
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO	-	-	-	-

10.4. Quantia das perdas por imparidade em inventários reconhecida no resultado do período

O valor das perdas por imparidade reconhecidas no resultado do período foi o seguinte:

PERDAS POR IMPARIDADE EM INVENTÁRIOS	31.12.2016	31.12.2015
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	484.306	87.606
Produtos acabados e intermédios	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-
TOTAL	484.306	87.606

10.5. Movimento durante o período das perdas por imparidade em inventários

	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO
Perdas por imparidade acumuladas em 31.12.2015	306.596
Reforço	484.306
Reversão	-
Utilização	-
PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS EM 31.12.2016	790.903

11 | CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

11.1. Quantia do rédito do contrato reconhecida como rédito do período

O rédito de cada contrato de construção compreende a quantia inicial de rédito acordada bem como variações nos trabalhos, reclamações e pagamentos de incentivos até ao ponto que seja provável que resultem em réditos e estejam em condições de serem fiavelmente mensurados. A 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor dos réditos reconhecidos como rédito do período era como se segue:

OBRA/CONTRATO	RÉDITO DO PERÍODO 2016	RÉDITO DO PERÍODO 2015
Contratos de construção	120.299.176	166.439.284
TOTAL	120.299.176	166.439.284

11.2. Métodos usados para determinar o rédito do contrato reconhecido no período

O reconhecimento do rédito do período é efetuado de acordo com o método da percentagem de acabamento. Segundo este método, o rédito é balanceado com os gastos contratuais incorridos ao atingir a fase de acabamento. O rédito do contrato é reconhecido como rédito na demonstração dos resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho seja executado. Nos casos em que o desfecho dos contratos não possa ser estimado fiavelmente, o rédito é reconhecido até ao ponto em que seja provável que os gastos do contrato incorridos serão recuperáveis.

11.3. Métodos usados para determinar a fase de acabamento dos contratos em curso

De forma a determinar a fase de acabamento de um contrato, é utilizado o método que mensure com maior fiabilidade o trabalho executado. Dependendo da natureza do contrato, o método utilizado para determinar a fase de acabamento pode variar, como se discrimina:

- A proporção em que os gastos dos contratos incorridos no trabalho executado até à data estejam para os gastos estimados totais do contrato;
- Levantamento do trabalho executado;
- Conclusão de uma proporção física do trabalho executado.

11.4. Informação relativa aos contratos de construção em curso

2016	GASTOS INCORRIDOS	RENDIMENTOS RECONHECIDOS	ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	RETENÇÕES
Contratos em curso	262.306.484	321.320.234	5.380.509	3.134.656
TOTAL	262.306.484	321.320.234	5.380.509	3.134.656

2015	GASTOS INCORRIDOS	RENDIMENTOS RECONHECIDOS	ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	RETENÇÕES
Contratos em curso	394.979.063	536.048.682	14.134.320	5.093.425
TOTAL	394.979.063	536.048.682	14.134.320	5.093.425

12 | RÉDITOS

12.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços

A Empresa reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

a | Vendas – são reconhecidas nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade e quando os gastos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

b | Prestações de serviços – são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

c | Juros – são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo.

d | Dividendos – são reconhecidos a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista receber o pagamento.

12.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

	31.12.2016	31.12.2015
Vendas de bens	74.555	-
Prestações de serviços	132.049.843	173.689.057
Juros	4.934.035	5.109.752
Royalties	-	-
Dividendos	57.991	60.340
TOTAL	137.116.425	178.859.149

13 | PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES**13.1. Provisões**

A Empresa reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado; seja provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2016, ocorreram os seguintes movimentos relativos a provisões:

PROVISÕES	SALDO INICIAL	AUMENTOS	RECLASSIFICAÇÃO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Garantias a clientes	1.627.286	434.802	-	(78.394)	1.983.694
Outras provisões	456.891	1.709	-	(457.380)	1.220
	2.084.177	436.511	-	(535.774)	1.984.914
Investimentos financeiros (Nota 9)	5.945.774	2.031.100	-	(715.261)	7.261.614
TOTAL	8.029.951	2.467.611	-	(1.251.035)	9.246.528

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2015, ocorreram os seguintes movimentos relativos a provisões:

PROVISÕES	SALDO INICIAL	AUMENTOS	RECLASSIFICAÇÃO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Garantias a clientes	1.062.310	607.549	-	(42.574)	1.627.286
Outras provisões	7.023.681	796.026	(777.604)	(6.585.211)	456.891
	8.085.991	1.403.575	(777.604)	(6.627.785)	2.084.177
Investimentos financeiros (Nota 9)	5.896.534	302.120	-	(252.880)	5.945.774
TOTAL	13.982.525	1.705.695	(777.604)	(6.880.665)	8.029.951

As provisões para investimentos financeiros referem-se a empresas subsidiárias no âmbito da aplicação do método de equivalência patrimonial, nomeadamente, o Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE, Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A., o Groupement Túnel de Nador, Construção ACE, a Edirio - Construções, S.A. e a Edifer, Dragados, Tecnovia, Conduril - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE.

13.2. Processos em contencioso

Na sequência dos diversos processos ativos em contencioso a Empresa está convicta de que o risco de perda destes processos não é provável e o desfecho dos mesmos não afetará de forma material a sua posição financeira, encontrando-se esta mesma convicção corroborada pelo nosso gabinete jurídico interno, assim como pelos consultores jurídicos e fiscais.

13.3. Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2016, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, no montante de 79.400.949 euros (em 31 de dezembro de 2015 o montante ascendia a 91.349.627 euros).

As garantias bancárias foram prestadas fundamentalmente para efeitos de concursos, como garantia de boa execução de obras e financeiras.

13.4. Gestão de riscos financeiros

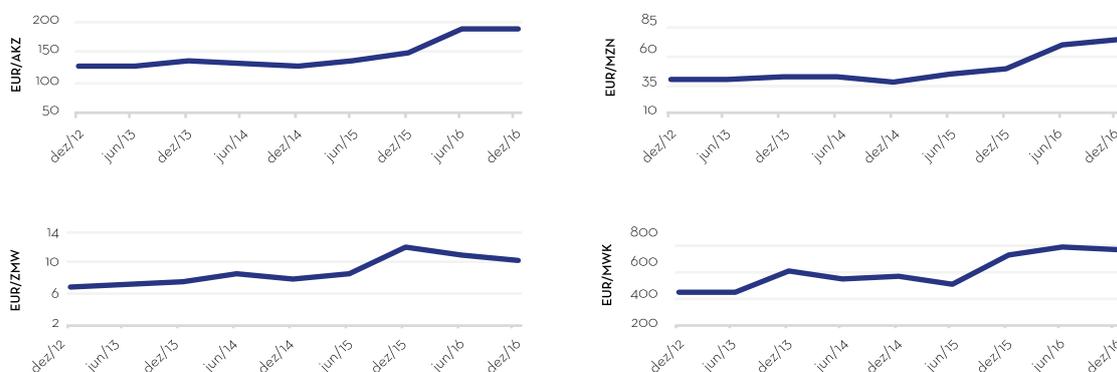
a | Princípios gerais

A atividade da Conduril encontra-se exposta a uma variedade de riscos financeiros tais como risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro, risco de crédito e risco de liquidez. Estes riscos resultam da incerteza subjacente aos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão de risco da Conduril é um processo contínuo e em constante desenvolvimento aplicado à implementação da sua estratégia, procurando minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes destas incertezas características dos mercados financeiros.

b | Risco taxa de câmbio

Estando a atividade da Conduril maioritariamente localizada em África (Angola, Moçambique, Zâmbia, Malawi e Gabão), encontra-se exposta ao risco de taxa de câmbio das moedas destes países. Para fazer face a este risco, sempre que possível os contratos são efetuados em USD/EUR. A evolução das moedas Kwanza, Metical, Kwacha Zâmbia e Kwacha Malawi face ao euro tem impacto nas demonstrações financeiras, não tendo sido contratualizados instrumentos financeiros de cobertura de risco cambial.

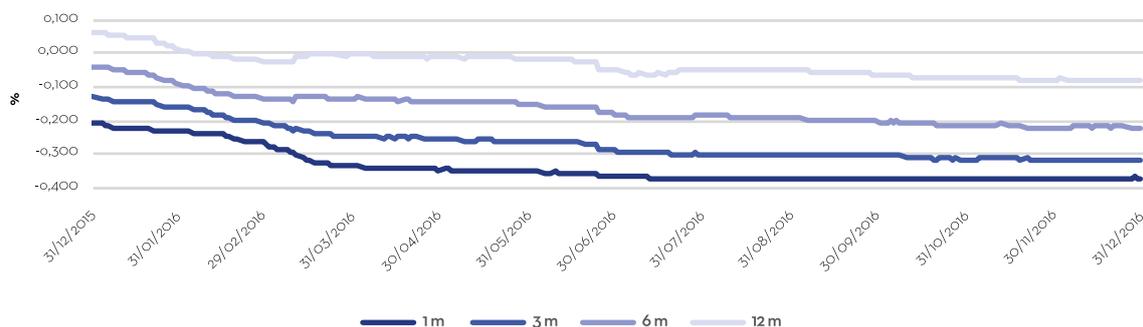
Evolução da Taxa de Câmbio



c | Risco taxa de juro

O risco de taxa de juro é essencialmente resultante do endividamento indexado a taxas variáveis. Dadas as expectativas para 2016 da evolução das taxas de juro a Administração optou por não recorrer à contratação de instrumentos de cobertura deste tipo de risco.

Evolução da Taxa Euribor



d | Risco de crédito

A exposição da Conduril ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da atividade operacional: dívidas de vendas e serviços prestados a clientes. A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro da Empresa. Este risco é monitorizado regularmente, sendo que o objetivo da gestão é:

- i. avaliação do cliente de acordo com procedimentos internos que obrigam a análises criteriosas das entidades e montantes envolvidos;
- ii. limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo de recebimento de cada cliente;
- iii. monitorização da evolução do nível de crédito concedido;
- iv. realizar a análise de imparidade dos valores a receber numa base regular.

e | Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no prazo estipulado e a um preço razoável. Instrumento essencial para a gestão do risco de liquidez é o plano de tesouraria global anual elaborado com base nos planos de tesouraria de cada um dos estabelecimentos, planos esses que são atualizados mensalmente. A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de gestão dessa liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa liquidez de forma segura e eficiente.

A gestão de risco na Conduril tem por objetivo:

- Liquidez – garantir o acesso permanente e de forma eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimentos;
- Segurança – minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- Eficiência financeira – garantir a minimização do custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária a curto prazo.

A Conduril tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de ativos e passivos, gerindo as respetivas maturidades de forma equilibrada.

Por política, gerindo a sua exposição ao risco liquidez, a Conduril assegura a contratação de instrumentos de facilidade de crédito de diversas naturezas e em montantes adequados às especificidades das suas necessidades, garantindo níveis confortáveis de folga de liquidez. Também por política, essas facilidades são contratadas sem envolver concessão de garantias.

14 | EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO**14.1. Diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados**

	31.12.2016	31.12.2015
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
- Outros gastos	4.777.106	19.805.865
TOTAL	4.777.106	19.805.865
Diferenças de câmbio favoráveis		
- Outros rendimentos	29.405.739	28.246.312
TOTAL	29.405.739	28.246.312

14.2. Diferenças de câmbio líquidas classificadas num componente separado do capital próprio

	DIFERENÇAS DE CÂMBIO NO CAPITAL PRÓPRIO
Saldo a 31.12.2015	(1.710.770)
Reforços	216.263
Reclassificação para outras variações	-
Anulações	(2.764.734)
SALDO A 31.12.2016	(4.259.241)

	DIFERENÇAS DE CÂMBIO NO CAPITAL PRÓPRIO
Saldo a 31.12.2014	558.507
Reforços	300.014
Reclassificação para outras variações	(106.899)
Anulações	(2.462.392)
SALDO A 31.12.2015	(1.710.770)

15 | ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO**15.1. Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço**

Entre a data do balanço e a emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data do balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 23 de fevereiro de 2017. O Conselho de Administração é da opinião que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

16 | MATÉRIAS AMBIENTAIS

16.1. Descrição das bases de mensuração adotadas, bem como dos métodos utilizados no cálculo de ajustamentos de valor

Decorrente da sua atividade, é responsabilidade legal/contratual da Empresa evitar, reduzir ou reparar danos ambientais. Para cumprir com esta obrigação, ao longo do período findo a 31 de dezembro de 2016, a Empresa incorreu em gastos que ascenderam a 52.370 euros (em 2015 ascenderam a 36.000 euros).

Para mensurar os dispêndios de caráter ambiental, a Empresa reconhece os gastos que efetivamente ocorreram no período.

16.2. Dispêndios de caráter ambiental imputados a resultados

Todos os dispêndios de caráter ambiental devem ser considerados em resultados se foram gastos incorridos no próprio período, ou seja, se não visarem evitar danos futuros ou proporcionar benefícios futuros.

Assim, os dispêndios de caráter ambiental imputados a resultados dizem respeito a atividades passadas ou correntes e ao restauro das condições ambientais no estado em que se encontravam antes da contaminação.

	QUANTIA IMPUTADA A RESULTADOS
Tratamento de resíduos	52.370
Tratamento de águas residuais	-
TOTAL	52.370

17 | IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

17.1. Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos

	31.12.2016	31.12.2015
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	2.767.488	3.569.210
	2.767.488	3.569.210
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com diferenças temporárias	(420.962)	(145.843)
	(420.962)	(145.843)
GASTO COM IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	2.346.527	3.423.366

O imposto corrente ou imposto diferido deve ser debitado ou creditado diretamente ao capital próprio se o imposto se relacionar com itens que sejam debitados ou creditados, no mesmo ou num diferente período, diretamente ao capital próprio.

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2016, não foram efetuados débitos/créditos diretamente no capital próprio relacionados com impostos diferidos.

17.2. Relacionamento entre gastos/rendimentos de impostos e lucro contabilístico

RECONCILIAÇÃO DA TAXA EFETIVA DE IMPOSTO	31.12.2016	31.12.2015
Resultado antes de impostos	6.583.331	9.594.905
Gasto com impostos sobre o rendimento	2.346.527	3.423.366
Taxa efetiva de imposto	35,64%	35,68%
Taxa nominal de imposto (21% em Portugal e 30% Angola em 2015 e 2016)	2.151.045	3.301.925
AJUSTAMENTOS:		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	(160.560)	(28.784)
Taxas diferenciadas de imposto e efeito dupla tributação	2.508	152.283
Gastos não aceites como custo fiscal	318.792	409.106
Ajustamentos de valores dos ativos não dedutíveis	-	-
Provisões não aceites como gasto	160.020	370.077
Reversão de provisões não tributadas	-	(1.315.481)
Insuficiência/Excesso de estimativa e outros impostos	(1.236)	(1.687.428)
Outros rendimentos não tributados	(330.518)	(79.731)
Prejuízos fiscais gerados no período	201.493	1.959.224
Tributações autónomas	524.678	487.604
Derrama	-	-
Impostos diferidos decorrentes de períodos anteriores	(420.962)	(145.843)
Outros	(98.733)	414
	195.482	121.441
Ajustamentos relativos ao imposto de períodos anteriores	-	-
GASTO COM IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	2.346.527	3.423.366

Com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, nos termos artigo 54^º-A do Código do IRC, a Empresa optou pela não inclusão do lucro tributável imputável à sucursal de Angola.

17.3. Detalhe dos impostos diferidos

A 31 de dezembro de 2016, os ativos e passivos por impostos diferidos discriminam-se como se segue:

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIACÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Prejuízos fiscais	-	-	236.714	-	236.714
Outros	1.879	178	29.873	-	31.929
TOTAL	1.879	178	266.586	-	268.643

PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIACÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Excedentes de revalorização	1.100.869	-	-	(42.980)	1.057.889
Rendimento a tributar	-	-	-	-	-
Depreciações não aceites	302.167	44.017	-	(111.395)	234.788
TOTAL	1.403.036	44.017	-	(154.375)	1.292.677

A 31 de dezembro de 2015, os ativos e passivos por impostos diferidos discriminam-se como se segue:

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIACÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Prejuízos fiscais	49.447	-	-	(49.447)	-
Outros	-	1.879	-	-	1.879
TOTAL	49.447	1.879	-	(49.447)	1.879

PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIACÕES	REFORÇO	REVERSÃO	ALTERAÇÃO TAXA IRC	SALDO FINAL
Excedentes de revalorização	1.286.297	-	-	(110.970)	(74.458)	1.100.869
Rendimento a tributar	179.630	(122.686)	-	(56.944)	-	-
Depreciações não aceites	431.447	(101.904)	-	(27.376)	-	302.167
TOTAL	1.897.374	(224.590)	-	(195.290)	(74.458)	1.403.036

O montante referente a "Alteração da taxa de IRC" está relacionado com a não inclusão do lucro tributável imputável à sucursal de Angola.

18 | INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1. Bases de mensuração

É política da Empresa reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa mensura ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo, a Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante, não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito).

Os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade.

Todos os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade são mensurados ao justo valor.

A Empresa não inclui os gastos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro que seja mensurado ao justo valor com contrapartida em resultados.

Enquanto a Empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não será alterada.

18.2. Ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros com reconhecimento de imparidade:

	31.12.2016		31.12.2015	
	QUANTIA ESCRITURADA	IMPARIDADE ACUMULADA	QUANTIA ESCRITURADA	IMPARIDADE ACUMULADA
Cientes, c/c	112.258.052		180.269.583	
Cientes, c/garantias	6.978.962		9.525.687	
Cientes de cobrança duvidosa	2.875.746	(2.875.746)	2.642.112	(2.642.112)
TOTAL	122.112.760	(2.875.746)	192.437.381	(2.642.112)

18.3. Ativos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica inclui os títulos da dívida pública do Estado Angolano (obrigações do tesouro), recebidos como resultado dos acordos de regularização de dívidas em atraso dos clientes Instituto Nacional de Estradas de Angola e Governo Provincial do Kuando Kubango.

18.4. Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro, esta rubrica enquadra-se na “Convenção à Exportação de Bem de Equipamento e Serviços de Origem Portuguesa, para a República de Angola” que beneficia de Garantia do Estado Português. Será liquidada por uma instituição financeira Portuguesa em território nacional a curto prazo.

18.5. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Financiamentos obtidos” tinha a seguinte decomposição:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	31.12.2016	31.12.2015
Contas caucionadas	24.195.489	37.527.205
Empréstimos bancários	42.318.587	58.590.261
Papel comercial	46.103.869	43.456.755
Locações financeiras	375.942	1.216.093
Descobertos bancários contratados	16.102.636	13.692.454
TOTAL	129.096.522	154.482.769

18.6. Participações financeiras registadas ao custo e outros investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial (nota 9). Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso de financiamentos concedidos, ao valor nominal. É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

A 31 de dezembro de 2016 e 2015 o detalhe das participações financeiras registadas pelo modelo do custo e de outros investimentos financeiros detalha-se como se segue:

	31.12.2016			31.12.2015		
	PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS		PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	
		CUSTO	IMPARIDADE ACUMULADA		CUSTO	IMPARIDADE ACUMULADA
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	110.000	11.396.123	-	110.000	11.396.123	-
SPER, S.A.	129.500	17.408.514	-	129.500	17.408.514	-
Planestrada - Op. Manut. Rod., S.A.	5.000	-	-	5.000	-	-
Marestrada - Op. Manut. Rod., S.A.	5.000	-	-	5.000	-	-
Norgarante	10.000	-	-	10.000	-	-
BAI - Banco Africano Investimento	341.375	-	-	341.375	-	-
Lusitânia Seguros	76.815	-	-	76.815	-	-
Edirio, S.A.	-	12.500	(12.500)	-	12.500	(12.500)
Conduril - Concessões Infraest., S.A.	-	336.000	(336.000)	-	336.000	(336.000)
ENOP - Eng. Obras Públicas, Lda.	-	14.796	-	-	22.659	(22.659)
Outros - FCT	15.919	-	-	-	-	-
TOTAL	693.609	29.167.933	(348.500)	677.690	29.175.796	(371.159)
Outros Investimentos Financeiros		29.513.042			29.482.327	

18.7. Total de gastos e rendimentos de juros para ativos e passivos financeiros

Para calcular o custo amortizado de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro e imputar o rendimento dos juros ou o gasto dos juros durante o período, foi utilizado o método do juro efetivo. De acordo com este método, o total de rendimentos de juros, para os ativos financeiros, e o total de gastos de juros, para os passivos financeiros, discriminam-se como se segue:

a | Rendimentos de juros para ativos financeiros:

ATIVOS FINANCEIROS	31.12.2016	31.12.2015
Depósitos bancários	4.931.466	5.107.919
Outros	2.569	1.833
TOTAL	4.934.035	5.109.752

b | Gastos de juros para passivos financeiros:

PASSIVOS FINANCEIROS	31.12.2016	31.12.2015
Financiamentos	10.997.962	11.015.549
Locações financeiras	57.794	375.362
Outros	35.383	80.693
TOTAL	11.091.140	11.471.604

18.8. Perda por imparidade em ativos financeiros

Para os ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor através de resultados e relativamente aos quais se verificaram indícios de imparidade, a Empresa avaliou as imparidades respetivas. Desta avaliação, a Empresa conseguiu adquirir evidência objetiva de que os ativos financeiros, apresentados no quadro seguinte, apresentam perdas por imparidade no período:

ATIVOS FINANCEIROS	31.12.2016		31.12.2015	
	PERDAS POR IMPARIDADE	REVERSÕES	PERDAS POR IMPARIDADE	REVERSÕES
Clientes	138.589	-	271.091	-
Outros créditos a receber	-	-	-	-
Outros ativos financeiros	-	-	-	-
TOTAL	138.589	-	271.091	-

18.9. Montante de capital social

A 31 de dezembro de 2016, a Empresa detinha um capital social de 10.000.000 euros, totalmente subscrito e realizado.

18.10. Ações representativas do capital social

A 31 de dezembro de 2016, o capital social era composto por 2.000.000 ações, ao valor nominal de 5 euros por ação.

19 | BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

19.1. Benefícios pós-emprego

A 31 de dezembro de 2016, existiam 101 funcionários a usufruir de benefícios pós-emprego relativamente a planos de benefício definido. Em 31 de dezembro de 2016, as operações referentes ao período resumem-se como se segue:

GASTOS COM PENSÕES	31.12.2016	31.12.2015
Custo dos serviços correntes	256.028	239.350
Custo juros	323.221	274.402
Rendimentos e perdas atuariais	-	(53.487)
Retorno dos ativos	(328.737)	(132.730)
Outras variações	3.049	-
TOTAL	253.561	327.535

Em 31 de dezembro de 2016, estamos perante um défice do montante de responsabilidades passadas relativamente ao montante do fundo existente no valor de 588.646 euros. Este montante encontra-se registado na rubrica "Credores por acréscimo de gastos". Em 31 de dezembro de 2015, estávamos perante um excesso de cobertura das responsabilidades de cerca de 140.942 euros, registado na rubrica "Diferimentos".

No que respeita aos montantes acumulados dos ganhos e perdas atuariais, os mesmos encontram-se registados na rubrica de Capital próprio, "Ajustamentos/Outras variações de capital próprio", no montante de 65.644 euros. Em 31 de dezembro de 2015, este montante ascendia a 541.672 euros e encontrava-se registado na rubrica "Rendimentos a reconhecer".

Pressupostos utilizados no estudo atuarial:

	31.12.2016	31.12.2015
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Idade normal de reforma	65 anos	66 anos
Número de pensões no ano	13	13
Taxa de rendimento anual dos ativos	4%	4%
Taxa de crescimento dos salários	1,75%	2%
Taxa de desconto	4%	4%

20 | OUTRAS INFORMAÇÕES

20.1. Estados e outros entes públicos

O detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos” em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, é o seguinte:

ATIVO	31.12.2016	31.12.2015
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	3.950	5.995
Imposto sobre o Valor Acrescentado	8.533.615	8.793.514
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	995.862	8.460.924
Outras tributações	3.154.328	5.051.064
TOTAL	12.687.755	22.311.497

PASSIVO	31.12.2016	31.12.2015
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	451.815	448.233
Imposto sobre o Valor Acrescentado	3.718.705	4.734.064
Contribuição para a Segurança Social	451.167	436.511
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	271.157	2.632.173
Outras tributações	957.376	768.702
TOTAL	5.850.221	9.019.682

20.2. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços em 31 de dezembro de 2016 e 2015 distribuíram-se da seguinte forma:

	31.12.2016	31.12.2015
Mercado interno	22.959.139	35.236.285
Mercado externo	109.165.260	138.452.772
TOTAL	132.124.399	173.689.057

20.3. Fornecimento e serviços externos

A rubrica “Fornecimentos e serviços externos” tem, no período findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a seguinte composição:

	31.12.2016	31.12.2015
Subcontratos	28.067.647	27.932.398
Serviços especializados	22.454.522	28.154.472
Materiais	3.813.622	2.516.075
Energia e fluidos	5.369.396	6.768.302
Deslocações, estadas e transportes	3.682.215	6.137.517
Rendas e alugueres	2.612.094	7.815.690
Comunicação	448.787	725.507
Seguros	1.030.901	2.453.214
Contencioso e notariado	103.320	166.012
Despesas de representação	152.683	246.997
Limpeza, higiene e conforto	264.127	243.783
Outros serviços	2.740.909	1.522.162
TOTAL	70.740.223	84.682.129

20.4. Gastos com pessoal

A rubrica "Gastos com pessoal" tem, no período findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a seguinte composição:

	31.12.2016	31.12.2015
Remunerações dos órgãos sociais	1.137.000	1.162.717
Remunerações do pessoal	27.853.368	29.254.918
Benefícios pós-emprego (Nota 19)	253.561	327.535
Indemnizações	219.375	134.325
Encargos sobre remunerações	2.717.449	2.913.612
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	904.272	978.510
Gastos de ação social	2.537.561	2.928.316
Outros	663.291	1.675.850
TOTAL	36.285.876	39.375.783

20.5. Outros rendimentos

A rubrica "Outros rendimentos" tem, no período findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a seguinte composição:

	31.12.2016	31.12.2015
Rendimentos suplementares	12.573.422	16.690.064
Descontos de pronto pagamento obtidos	10.422	13.955
Diferenças de câmbio favoráveis	29.405.739	28.246.312
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos não financeiros	287.084	546.519
Juros obtidos	4.934.035	5.109.752
Dividendos obtidos	57.991	60.340
Outros	206.820	1.169.214
TOTAL	47.475.513	51.836.156

20.6. Outros gastos

A rubrica "Outros gastos" tem, no período findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a seguinte composição:

	31.12.2016	31.12.2015
Impostos	3.166.960	4.363.772
Descontos de pronto pagamento concedidos	6.060	2.831.820
Dívidas incobráveis	839.516	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	4.777.106	19.805.865
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	597.781	773.088
Outros	961.942	456.502
TOTAL	10.349.366	28.231.047

20.7. Demonstração dos resultados financeiros

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	31.12.2016	31.12.2015
Juros suportados	11.055.756	11.390.911
Outros gastos e perdas de financiamento	1.694.819	2.691.738
TOTAL	12.750.575	14.082.650

20.8. Diferimentos

Os diferimentos ativos e passivos têm a seguinte composição:

DIFERIMENTOS ATIVOS	31.12.2016	31.12.2015
Gastos a reconhecer - seguros	351.401	516.040
Gastos a reconhecer - outros	-	9.556
Fundo de pensões - excedente (Nota 19)	-	140.943
Outros diferimentos	42.368	888.550
TOTAL	393.770	1.555.088

DIFERIMENTOS PASSIVOS	31.12.2016	31.12.2015
Rendimentos a reconhecer - NCRF 19	7.275.227	7.492.688
Rendimentos a reconhecer - lucros operações internas	655.513	493.659
Fundo de pensões (Nota 19)	-	541.672
Faturação a reconhecer	919.784	945.731
TOTAL	8.850.524	9.473.750

20.9. Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar

A rubrica "Outros créditos a receber" em 31 de dezembro de 2016 e 2015, tem a seguinte composição:

	31.12.2016	31.12.2015
Fornecedores saldos devedores	136.642	166.266
Pessoal	35.760	59.059
Fornecedores de investimentos	4.920	142.384
Adiantamentos por conta de vendas	49.994	49.751
Devedores por acréscimos de rendimentos	20.131.621	18.995.502
Devedores diversos	31.026.751	32.143.514
TOTAL	51.385.688	51.556.476

A rubrica "Outras dívidas a pagar" em 31 de dezembro de 2016 e 2015, tem a seguinte composição:

	31.12.2016	31.12.2015
Cientes saldos credores	64.758	60.295
Pessoal	1.289.280	1.223.803
Fornecedores de investimentos	38.624	1.850.694
Credores por acréscimos de gastos - remunerações	2.514.084	2.650.450
Credores por acréscimos de gastos - outros	1.694.284	1.462.915
Credores diversos	6.725.703	3.066.337
TOTAL	12.326.733	10.314.494

20.10. Proposta de aplicação dos resultados

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, no prosseguimento da política de justa remuneração do capital investido e sedimentação contínua do capital próprio, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do período no valor de 4.236.804 euros tenha a seguinte distribuição:

- Dividendos: 900.000 euros, que correspondem a 0,50 euros por ação;
- Reservas Livres: 3.336.804 euros.

21 | DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-lei n.º 411/91, de 17 de outubro, a situação da Empresa perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos estipulados por lei.

22 | DIVULGAÇÕES ADICIONAIS PARA AS ENTIDADES A QUE SE REFEREM A ALÍNEA H) DO N.º 1 DO ARTIGO 2.º E O N.º 4 DO ARTIGO 9.º, AMBOS DO DECRETO-LEI N.º 158/2009, DE 13 DE JULHO, COM REDAÇÃO DADA PELO DECRETO-LEI N.º 98/2015, DE 2 DE JUNHO**22.1.** Volume de negócios líquido discriminado por mercados geográficos

	31.12.2016
Portugal	33.982.467
Angola	62.089.237
Moçambique	11.233.320
Senegal	1.483.473
Zâmbia	12.435.815
Malawi	5.194.827
Gabão	5.705.260
TOTAL	132.124.399

22.2. Honorários Revisor Oficial de Contas

Os honorários do Revisor Oficial de Contas, em 2016, ascenderam a 21.750 euros.



05



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E CONTAS
2016

CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2016 |

Exmos. Senhores Acionistas:

No cumprimento do disposto na lei, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu relatório e dar parecer sobre o relatório de gestão, balanço, contas e proposta de aplicação de resultados, que lhe foram apresentados pelo Conselho de Administração da CONDURIL - Engenharia, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

RELATÓRIO |

O Conselho reuniu regularmente e, no desempenho das suas funções, acompanhou a atividade social e a evolução dos negócios da CONDURIL - Engenharia, S.A., vigiou e zelou pela observação da lei e dos estatutos, e inteirou-se dos atos praticados pelo Conselho de Administração, o qual sempre prestou os esclarecimentos que lhe foram solicitados.

Também no desempenho das suas funções, o Conselho procedeu a uma atenta análise do relatório de gestão apresentado pelo Conselho de Administração, do balanço, da demonstração de resultados, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e do respetivo anexo com as suas notas explicativas, documentos estes que considera estarem em boa ordem e que espelham bem a atividade desenvolvida e a situação patrimonial.

No âmbito da sua competência, o Conselho foi informado dos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano pela sociedade de revisores oficiais de contas, obteve as informações e os esclarecimentos, prestados pela sua representante, necessários à fiscalização da revisão de contas aos documentos de prestação de contas, tomou conhecimento do relatório com conclusões e recomendações de auditoria enviado ao Conselho de Administração, e procedeu à análise da certificação legal das contas, cujo teor merece a sua concordância.

Ainda no âmbito da sua competência, o Conselho expressa a sua concordância relativamente às políticas contabilísticas e aos critérios valorimétricos utilizados.

Em resultado do exposto, o Conselho considera que o relatório de gestão, balanço, demonstração de resultados, fluxos de caixa e alterações no capital próprio, permitem, no seu conjunto, o correto entendimento da situação financeira da CONDURIL - Engenharia, S.A., em 31 de dezembro de 2016, e dos resultados do exercício findo nessa data, e, finalmente, considera também que as disposições legais e estatutárias foram respeitadas.

A concluir, o Conselho acompanha o Conselho de Administração no agradecimento aos Colaboradores pelo seu empenho e dedicação.

Assim, o Conselho Fiscal é de

PARECER |

1 | que sejam aprovados o relatório de gestão, o balanço, as contas e os respetivos anexos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016,

2 | que seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados constante do relatório de gestão, nos termos apresentados pelo Conselho de Administração.

Ermesinde, 14 de março de 2017

O CONSELHO FISCAL |

Crisóstomo Aquino de Barros, Presidente

Daniela Brás Vigário Silva

José Tiago Sapage Meireles de Amorim



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO E CONTAS
2016

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Conduril - Engenharia, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 461.090.163 euros e um total de capital próprio de 213.280.013 euros, incluindo um resultado líquido de 4.236.804 euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Conduril - Engenharia, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; adoção de políticas e critérios contabilísticos

adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global

das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES |

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 13 de março de 2017



HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por Ana Raquel Borges L. Esperança Sismeiro
(ROC 1126)



CONDURIL - ENGENHARIA, S.A.

Avenida Eng.º Duarte Pacheco, n.º 1835
4445-416 Ermesinde - Portugal
T. +351 229 773 920
F. +351 229 748 668
geral@conduril.pt

CONDURIL ANGOLA

Rua 2 IL (ao Largo do Ambiente)
Município de Ingombota - Luanda - Angola
T. +244 222 310 153
F. +244 222 310 713
expgeralluanda@conduril.pt

CONDURIL MOÇAMBIQUE

Estrada Nacional n.º 4, Tchumene 2,
parcela 3380/12 Matola
T. +258 219 025 88
delegacao@conduril.co.mz

CONDURIL BOTSWANA

Tribal Lot 86 Portion 955 Isis Village
Tlokweng - Gaborone - Botswana
T. +267 319 02 53
F. +267 393 03 25
info@conduril.co.bw

CONDURIL ZÂMBIA

Plot 3817 Martin Mwamba Road
Lusaka - Zambia
PO Box 473 P/Bag E891 Manda Hill
Lusaka Zambia
T. +260 211 291 441
zambia@conduril.pt

CONDURIL MALAWI

PO Box 40 Liwonde Malawi
Liwonde - Malawi
T. +265 994 956 884
malawi@conduril.pt

CONDURIL GABÃO

Nzeng-Ayong (à 100m du
Carrefour GP), BP 203
Libreville - Gabon
gabon@conduril.pt